LEI MUNICIPAL nº 766/2015 de 19 de junho de 2015.

Institui o Plano Municipal de Educação Para o Decênio 2015-2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE QUEBRANGULO, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Educação – PME, para o decênio 2015-2025, constante do Anexo I desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214, da Constituição Federal.

Art. 2º. O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade, sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, em conformidade com os Planos Nacional e Estadual de Educação.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Educação providenciará avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação, com a participação efetiva do Fórum Municipal de Educação- FMEQ, do Conselho Municipal de Educação- CMEQ, da Câmara de Vereadores, do SINTEAL, dos Conselhos de Direitos e da Sociedade Civil Organizada.

Parágrafo Único. A primeira avaliação realizar-se-á no segundo ano da vigente Lei, cabendo ao Prefeito Municipal, mediante Projeto de Lei,

encaminhar para aprovação da Câmara as medidas com vistas à revisão das metas estabelecidas.

Art. 4º. Serão realizadas Conferências Municipais de educação, Audiências Públicas e Seminários para avaliação das metas e estratégias estabelecidas no PME.

Art. 5º. O Poder Público Municipal empenhar-se-á na divulgação do presente Plano e das suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º. - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Gabinete do Prefeito.

Quebrangulo/AL, 19 de junho de 2015.

MANOEL COSTA TENÓRIO
Prefeito

PUBLICADO E REGISTRADO NA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO
E RECURSOS HUMANOS.
EM 19/06/2015

José Maia de Albuquerque
Secr. de Administração
CPF:071.673.184-34

Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Quebrangulo
CGC. Nº 12.241.675/0001-01
Praça Getúlio Vargas, 60 Centro
Quebrangulo - Alagoas Tel. (0xx82) 288.1140 Fax (0xx82) 288.1144

QUEBRANGULO – ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015-2025



Quebrangulo/AL, 2015

Manoel Costa Tenório

Prefeito

Célia Lúcia Costa Laurindo

Vice-Prefeita

Gustavo Correia Laurindo de Cerqueira

Secretário Municipal de Educação

COMISSÃO TÉCNICA

Adeilda Pereira Aguiar - **Secretaria Municipal de Educação**

Maria Joene Alves de Amorim Feitosa – **Secretaria Municipal de Educação**

Késia Joscane de Oliveira França Pereira – **Secretaria Municipal de Educação**

Ivone Ferreira da Silva – **Secretaria Municipal de Educação**

Eliane Ferreira da Silva – **Conselho Municipal de Educação**

Maria Érica de Souza Santos – **Conselho Municipal de Educação**

Elikeily Maria Gomes Pereira – **Câmara de Educação Básica do CMEQ**

Mariza Oliveira Domingos – – **Câmara do FUNDEB do CMEQ**

Emanuel Cardoso de Albuquerque – **Câmara de Vereadores**

Mônica de Lima – **SINTEAL**

Manoel Pereira da Silva - **SINTEAL**

Marineide Oliveira Barbosa– **Escola Estadual Professora Elza Soares Cavalcante**

Gláucia Gomes Mendes - **Escola Estadual Professora Elza Soares Cavalcante**

ASSESSORIA TÉCNICA SASE/MEC EM ALAGOAS:

Profª Ana Márcia Cardoso Ferreira

Profª Rosa Melo dos Santos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Capa Brasão Quebrangulo _____ 01

Figura 2 - Nega da Costa _____ 02

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População residente urbana e rural

Gráfico 2. Demanda e matrícula faixa etária de 0 a 5 anos 22

Gráfico 3.População de 06 a 14 anos 25

Gráfico 4.Matrículas no Ensino Fundamental. 25

Gráfico 5.Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3° ano do ensino fundamental 27

Gráfico 6.IDEB no ensino fundamental 28

Gráfico 7. Taxa distorção idade e ano 29

Gráfico 8. Percentual da população de 06 a 14 anos que frequentam as escolas 31

Gráfico 9. Percentual de pessoas de 16 anos no ensino fundamental concluído 31

Gráfico 10. População residente de 15 a 17 anos 33

Gráfico 11. Matrículas no ensino médio 34

Gráfico 12. Taxa distorção idade e ano no ensino médio 34

Gráfico 13. Matriculas educação especial em Quebrangulo 36

Gráfico 14. Programas existentes nas escolas Quebrangulo 37

Gráfico 15. Número de escolas e nº de alunos em tempo integral 38

Gráfico 16. População fora da escola por faixa etária 40

Gráfico 17. Matrícula de EJA na rede pública municipal 41

Gráfico 18. Matrícula na Educação de Jovens e Adultos de 18 a 29 anos 42

Gráfico 19. Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação 49

Gráfico 20. Transferência por ação Quebrangulo – Alagoas 59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxa de rendimento no ensino fundamental da rede municipal _____30

Tabela 2. Matrícula por cor/raça 18 a 29 anos_____43

Tabela 3. Professores da educação Básica por escolaridade_____47

Tabela 4. Porcentagem de professores dos anos finais do ensino fundamental que tem licenciatura da área em que atuam_____48

Tabela 5. Porcentagens no ensino médio que tem licenciatura na área em que atuam 49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ANA- Avaliação Nacional de Alfabetização

CAPS – Centro de Assistência Psicossocial

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEB- Câmara de Educação Básica

CENPEC- Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Cultura e Ação Comunitária

CESMAC- Centro de Estudos Superiores de Maceió

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

COMEQ- Conferência Municipal de Quebrangulo

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

DRE – Delegacia Regional de Educação

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FACESTA- Faculdade São Tomás de Aquino

FACINTER- Faculdade Internacional de Curitiba

FERA- Faculdade de Ensino Regional Alternativa

FME- Fórum Municipal e Educação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPM- Fundo e Participação dos Municípios

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços

IDEB– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IET- Instituto de Ensino Teológico

IFAL- Instituto Federal de Alagoas

INEP – Instituto Nacional de estudos e Pesquisa Anísio Teixeira

IOF- Imposto sobre Operações Financeiras

IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU- Imposto Predial e Territorial e Urbano

IPVA- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IRRF- Imposto de Renda Retido na Fonte

ISS- Imposto sobre Serviço

ITBI- Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis

ITR- Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOA – Lei Orçamentária Anual

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDO – Lei Diretrizes Orçamentária

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

PCC – Plano de Cargos e Carreira

PEE- Plano Estadual de Educação

PETI – Programa de Erradicação de Trabalho Infantil

PISA- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PME – Plano Municipal de Educação

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAIC- Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA – Plano Plurianual

PSE – Programa de Saúde na Escola

PSF – Programa de Saúde na Família

SEE – Secretaria de Estado da Educação e do Esporte

SME – Secretaria Municipal de Educação

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UNEAL- Universidade Estadual de Alagoas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Ciências e Cultura

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 12

INTRODUÇÃO 13

1.DIAGNÓSTICO 16

1.1.CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 16

1.2.EDUCAÇÃO 18

1.2.1. EDUCAÇÃO BÁSICA 19

1.2.1.1. Educação Infantil 20

1.2.1.2. Ensino Fundamental 23

1.2.1.3. Ensino Médio 33

1.2.1.4. Modalidades da Educação Básica 36

1.2.1.4.1. Educação Especial 36

1.2.1.4.2. Educação Integral 39

1.2.1.4.3. Educação de Jovens e Adultos 40

1.2.2. ENSINO SUPERIOR 44

1.2.3. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 46

1.2.4. GESTÃO DEMOCRÁTICA 55

1.2.5. FINANCIAMENTO 58

2. METAS E ESTRATÉGIAS 60

3. AVALIAÇÃO/ ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PME 87

REFERÊNCIAS 89

APRESENTAÇÃO

Vivemos um tempo de transição, marcado por mudanças de paradigmas, conceitos e concepções. O homem, as instituições, a sociedade, vivem constante e veloz processo de transformação nas relações sociais estabelecidas, alimentando as desigualdades. Faz-se necessário estabelecer a interação entre os diversos setores da sociedade, estimulando um processo permanente de discussão, que proporcione o enfrentamento desta realidade. Para isso, é fundamental a definição de políticas públicas nas áreas sociais, em especial na educação.

Neste sentido, é compromisso desta administração o investimento efetivo nas pessoas, proporcionando educação de qualidade às crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, num esforço conjunto entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada. Queremos ser referência no ensino público.

É intenção do Plano Municipal de Educação contribuir efetivamente para esta realidade. É preciso concretizar as mudanças necessárias à oferta, acesso e permanência dos educandos nas unidades educativas do nosso município. O Plano Decenal de Educação de Quebrangulo está integrado ao Plano Estadual de Educação e ao Plano Nacional de Educação e, mais integrado ainda, à realidade e às políticas públicas do município.

O desafio maior na elaboração deste Plano foi articular os vários segmentos e instituições ligadas à Educação, visando à construção conjunta de um documento que contemplasse as reivindicações e expectativas da sociedade em relação à educação municipal, traduzidas em metas. O resultado desse processo constitui-se num plano que sistematicamente apresenta as intenções e o percurso necessário à concretização do que se pretende. Sua elaboração participativa significa que as diretrizes e metas definidas, de forma articulada, possibilitam efetivamente concretizar a educação de qualidade que as pessoas do nosso Município tanto merecem.

Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Quebrangulo aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos com uma nova visão de mundo e sociedade, em condições para interagir, na contemporaneidade de forma construtiva e solidária.

Manoel Costa Tenório
PREFEITO DE QUEBRANGULO

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação foi elaborado conforme as Diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e do Plano Estadual de Educação. Não é um plano simplesmente do Poder Executivo Municipal, da Secretaria Municipal de Educação ou das escolas da rede estadual e municipal. É um plano global de toda a educação quebrangulense. Ele ultrapassa governos, porque atende a ditames constitucionais e legais que o preconizam para uma década, sendo a sociedade toda a beneficiária de suas ações e guardiã de seus compromissos. Foi construído com base em um diagnóstico das necessidades educacionais, para superar problemas e atingir objetivos, por meio de metas e recursos previamente definidos. As intenções e ações se entrelaçam em um programa com previsões detalhadas, quantificadas e qualificadas no espaço e no tempo, com avaliações periódicas.

Está em consonância com as seguintes diretrizes do PNE:

I- Erradicação do analfabetismo;

II- Universalização do atendimento escolar;

III- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV- Melhoria na qualidade da educação;

V- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;

VIII- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX- Valorização dos (as) Profissionais da educação;

X- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade.

O Plano Municipal de Educação tem como objetivos:

- Elevação global do nível de escolaridade da população municipal;
- Melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- Redução das desigualdades sociais e de aprendizagem no acesso e no sucesso escolar;
- Democratização da gestão de ensino público, pela participação dos profissionais da educação, na elaboração da proposta pedagógica e pela participação da Comunidade Escolar nos Conselhos Escolares.

A Secretaria de Educação, ao assumir o compromisso de elaborar o primeiro Plano Municipal de Educação para o próximo decênio 2015/2025, convocou e liderou todos os segmentos envolvidos nesta construção, em trabalho conjunto e com assistência técnica do MEC/SASE e UNDIME, através da Coordenação em Alagoas da Professora Ana Márcia Cardoso Ferreira e da Avaliadora Educacional Rosa Melo, num processo pedagógico de aprendizagens e decisões políticas, transformando o território educacional do município numa imensa sala de aula de cidadania, pautada pelas marcas e pelas exigências do projeto de desenvolvimento do Governo Municipal e de todos os cidadãos quebrangulenses.

O documento apresenta a estruturação a seguir:

- Apresentação, trazendo a relevância deste documento para a educação dos quebrangulenses no próximo decênio;
- Introdução, descrevendo a importância, diretrizes, objetivos e alinhamento do mesmo ao PNE e ao PE/AL;
- Diagnóstico, com caracterização socioeconômica, contendo as principais informações do município, histórico das modalidades de ensino da educação básica, com levantamento sobre informações e dados relevantes e reflexivos dos últimos anos;
- Educação, contendo todo aparato legal em que o PME está pautado;

- Educação Básica, que discorre sobre a forma como a mesma é organizada;
- Educação Infantil, com dados essenciais na meta 1;
- Ensino Fundamental, com dados essenciais nas metas 2,5 e 7;
- Ensino Médio, com dados essenciais na meta 3;
- Modalidades da Educação Básica, com dados essenciais nas metas 4,6,8 e 9;
- Educação Superior, com dados essenciais na meta 10;
- Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, com dados essenciais nas metas 11,12,13 e 14.
- Gestão Democrática, com dados essenciais na meta 15 e ;
- Financiamento, com dados essenciais na meta 16.
- Acompanhamento, monitoramento e Avaliação do PME;
- Referências, onde consta todo embasamento teórico para este documento.

1. DIAGNÓSTICO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



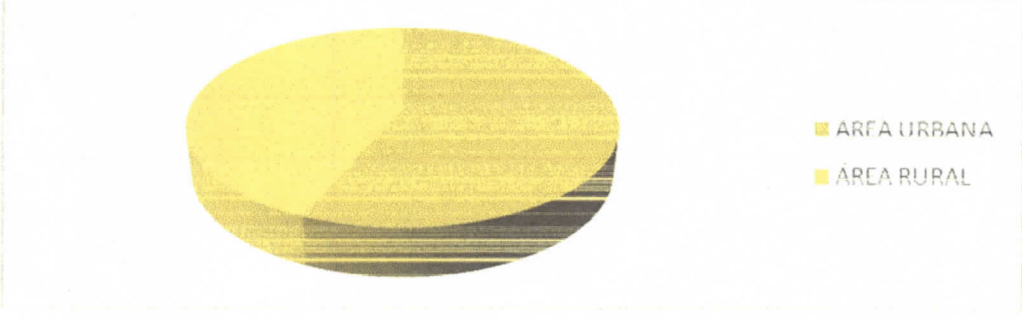
FONTE: SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO

Segundo dados oficiais do Governo do Estado de Alagoas, o local onde se levantou a povoação foi primitivamente habitado pelos índios Xucurus, que vieram formar aldeia nas proximidades da serra da Palmeira dos Índios, já encontrando aí estabelecidos os Cariris, emigrados de Pernambuco, em consequência da seca que assolou os sertões no ano de 1740. A região também teve a influência de quilombos. Eles viviam de nozes de palmeiras e principalmente da caça de caititus, que em manadas, pastavam no próprio local onde hoje é a cidade. Sendo o chefe desse quilombo excelente caçador, chamavam-no Quebrangulo, que na gíria dos negros, significava matador de porcos. O povoado também se chamou Vitória, voltando posteriormente à denominação primitiva.

Quebrangulo ocupa uma área territorial de 342 km² e dista da capital 120 quilômetros."Está localizado de acordo com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude

09° 19' 08" e Longitude 36° 28' 16". Seu clima é quente e seco no verão e bastante frio no inverno. A temperatura varia entre a mínima de 14° e máxima de 36°. Seu principal acidente geográfico é o Rio Paraíba do Meio, que nasce em Bom Conselho-PE e corta o município, possuindo 30 quilômetros de extensão. Por isso a cidade é conhecida como Veneza alagoana, marcada pela existência de várias pontes que ligam a cidade. As serras mais importantes são: as Guaribas e Chorador, que está a 366m de altitude em relação ao nível do mar. Conforme o último Censo demográfico, conta com uma população residente de 11.480 habitantes, distribuídos na área urbana (6.464) e rural (5.006), conforme gráfico 1.

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO ÁREA URBANA E RURAL



FONTE:IBGE/CENSO-2013

Na área de saúde o município conta com um Hospital, quatro Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde, um ambulatório especializado, cinco PSFs - Programa de Saúde da Família, um CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial e uma Secretaria de Saúde que coordena estas unidades. Apresenta taxa de mortalidade infantil/1000 nascidos vivos 10,31.

Na área social tem um contingente de 2.200 famílias beneficiadas pelo Programa do Governo Federal Bolsa Família, totalizando 10.087 pessoas inscritas no Cadastro Único. Conta com um CRAS - Centro de referência de Assistências Social, um CREAS Centro de referência especializado em assistência social e Centros de Convivencia de Fortalecimento de Vínculos- CCFV e uma Secretaria de Assistência Social que coordena estas unidades de atendimento.

A única instituição bancária que o município conta é uma agência do Banco do Brasil, tendo outros correspondentes bancários em pontos comerciais. Possui uma frota de 1.136 automóveis, uma Instituição de Segurança - Delegacia/Polícia Civil, dois Cartórios Civis, um Cartório Eleitoral e um Fórum Judicial. Sendo de pequeno porte, não há empresas que gerem renda para população, tornando a Prefeitura a única entidade geradora de empregos. Dessa forma sua maior atividade econômica está voltada para produção agropecuária, seu criatório bovino é significativo. Vale salientar que o Município fora grande produtor de algodão e café. Na atualidade ainda produz mandioca, banana, feijão e milho, que são vendidos na feira livre da cidade.

Conhecida como terra natal de Graciliano Ramos, Quebrangulo tem como ponto forte a preservação das tradições populares, com o incentivo a folguedos como Maracatu Nega da Costa, na Festa da Cultura. A festa do padroeiro (31/12) também atrai muitos visitantes. Temos a Reserva Biológica federal de Pedra Talhada, que traz a exuberância da Mata Atlântica.

Na área política contam com 8.602 eleitores, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Sua organização política é constituída por: Prefeito, Vice-Prefeito e nove vereadores que compõem a Câmara Municipal.

A Educação da rede pública é composta por uma escola estadual atendendo 529 alunos do ensino médio e vinte e oito escolas municipais, atendendo 3.143alunos. No total de 29 escolas com atendimento para 3.672 alunos, uma Secretaria de Educação que coordena estas unidades de ensino, 17 conselhos escolares, um conselho de alimentação e o conselho municipal de educação criado em 2007. O município apresenta os seguintes indicadores educacionais: IDEB 1º ao 5º ano 4.1 e de 6º ao 9º ano 3.2 - IDEB/2013.

1.2. EDUCAÇÃO

Conforme a Constituição Federal a Educação é direito público subjetivo, e isso quer dizer que o acesso à educação básica é obrigatório e gratuito; o não oferecimento do ensino pelo Poder Público (federal, estadual, municipal), ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. Compete ao Poder Público recensear os

educandos, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Além da Constituição Federal, de 1988, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam a do direito à Educação: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. Ela regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirada pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) - LDB – que é a lei orgânica e geral da educação brasileira. Como o próprio nome diz, dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. A primeira Lei de Diretrizes e Bases foi criada em 1961. Uma nova versão foi aprovada em 1971 e a terceira, ainda vigente no Brasil, foi sancionada em 1996. A LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Juntos, estes mecanismos abrem as portas da escola pública a todos os brasileiros, já que nenhuma criança, jovem ou adulto pode deixar de estudar por falta de vaga.

A Educação Municipal, por não ter sistema de ensino próprio, integra o Sistema Estadual e segue as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE/AL) que regulamentam o ensino por meio de resoluções e pareceres. O Conselho Municipal de Educação (CME) exerce as funções Propositiva, Consultiva, Mobilizadora e Fiscalizadora. Em âmbito municipal foram criadas leis próprias com especificidades locais (LDO, LOA, PPA e PCC) que balizam a educação.

1.2.1. EDUCAÇÃO BÁSICA: A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil

A Lei Nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996-LDB, é a que estabelece a finalidade da educação no Brasil, como deve estar

organizada, quais são os órgãos administrativos responsáveis, quais são os níveis e modalidades de ensino, entre outros aspectos em que se define e se regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição.

A educação básica no Brasil constitui-se do ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. De acordo com o art. 21 da Lei n.º 9.394/96, a educação escolar, compõe-se também do nível superior.

Outras modalidades brasileiras de ensino são:

Educação Integral;

Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental e Médio;

Educação Profissionalizante e Técnica;

Educação Especial;

Educação à Distância - EAD

1.2.1.1. Educação Infantil

O atendimento institucional dispensado à criança de zero a cinco anos, compreendia, pois, o período antecedente à escolarização formal, tem suas origens no século XIX e visava, fundamentalmente ao cuidado físico e moral requeridos à formação do indivíduo em seus anos iniciais de vida, seu cunho educativo imbuía-se de fins socializatórios à vista das novas exigências impostas pela sociedade moderna.

O primeiro marco nacional de superação do enfoque eminentemente assistencialista data de 1975, quando a atenção às crianças de quatro e seis anos foi inserida nas ações do Ministério da Educação - MEC, num ato que apontava, ainda que incipientemente, seu ideal

educativo. Entretanto, as crianças com idade até três anos continuaram assistidas por equipamentos vinculados ao Ministério de Previdência e Assistência Social, mediante convênio com a Legião Brasileira de Assistência - L.B.A, organismo federal criado pelo governo militar com intuito básico de combate à pobreza.

Com tais medidas firmaram-se dois segmentos distintos, quais sejam, o das creches destinadas ao atendimento em tempo integral de crianças até três anos ou idade mais avançadas em razão da carência econômica, e o da pré-escola, cujo atendimento em período parcial destinava-se a crianças de quatro a cinco anos. Com as pré-escolas despontam as ideias de estimulação da criatividade, desenvolvimento de autonomia e, sobretudo, de preparação para o ensino fundamental.

Foi apenas em 1988 que, como Dispositivo Constitucional, as creches e pré-escolas foram reconhecidas como instituições educativas, direito da criança, opção da família e dever do Estado. Não obstante, tal medida não se revelou suficiente para uma verdadeira democratização da educação infantil no país. Na esteira da nova Constituição Brasileira, o MEC anunciou em 1993, via Coordenação de Educação Infantil, a necessária ruptura com o modelo anterior preconizado pela UNESCO e UNICEF, propondo dentre outras medidas, a equivalência educativa entre creches e pré-escolas, bem como uma política de formação para os profissionais da educação infantil.

A recuperação desse ideal e, consequentemente, a necessidade de profundas mudanças no atendimento dispensado às crianças pequenas ressurge nos debates que antecedem a proposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, uma vez promulgada, em 1996, finalmente define a Educação Infantil como primeiro segmento da Educação básica com alteração feita na LDBN por meio da lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013 regulamentando a mudança feita na Constituição pela emenda nº 59/2009 o ensino torna obrigatório a partir dos quatro anos de idade. Destarte, as creches e pré-escolas conquistaram vínculos formais com as Secretarias Municipais de Educação, a quem passa a competir a implantação, administração e supervisão das instituições destinadas ao atendimento educacional das crianças pequenas e em idade pré-escolar.

Atualmente, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é ofertada em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos,

que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial. Regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Resolução CNE/CEB Nº 5/2009).

Em Quebrangulo o atendimento as crianças de zero a cinco anos vem sendo ofertado desde a década de 60, inicialmente em parceria com a Secretaria de Assistência Social, realizado na Creche Casulo Bem-Me-Quer (sede própria) antes localizada na Praça Cícero de Góes Monteiro, S/N, atendendo inicialmente 128 crianças e a Escola Municipal Auta Barros (sede própria), localizada no povoado Rua Nova, Zona Rural, atendendo inicialmente a 28 crianças, conforme pesquisa realizada com alguns funcionários que atuavam nestas unidades de ensino na época, dando assim um caráter mais assistencialista que educativo. Com a ruptura deste modelo de atendimento a creche passou a ser vista como instituição educativa e em 2003 foi denominada de Centro Municipal de Educação Infantil Bem-Me-Quer.

É importante salientar que no ano 2000 o Estado ofertou uma turma de pré-escola a 14 crianças na faixa etária de quatro a cinco anos e posteriormente em 2006 voltou a ofertar atendimento a 31 crianças na mesma faixa etária, em prédio próprio, na Escola Estadual Desembargador Tenório, localizado na Avenida 15 de novembro, S/N. Anos depois, em 2009, a Escola Estadual foi extinta e o Estado cedeu o prédio ao município, onde passou a funcionar como anexo da Escola Municipal de Ed. Básica Jovelina Saldanha da C. Lima, que ofertava atendimento da pré-escola ao 5º ano. Somente em 2011 a escola deixou de ser anexo e o município ganhou mais uma escola exclusivamente de educação infantil.

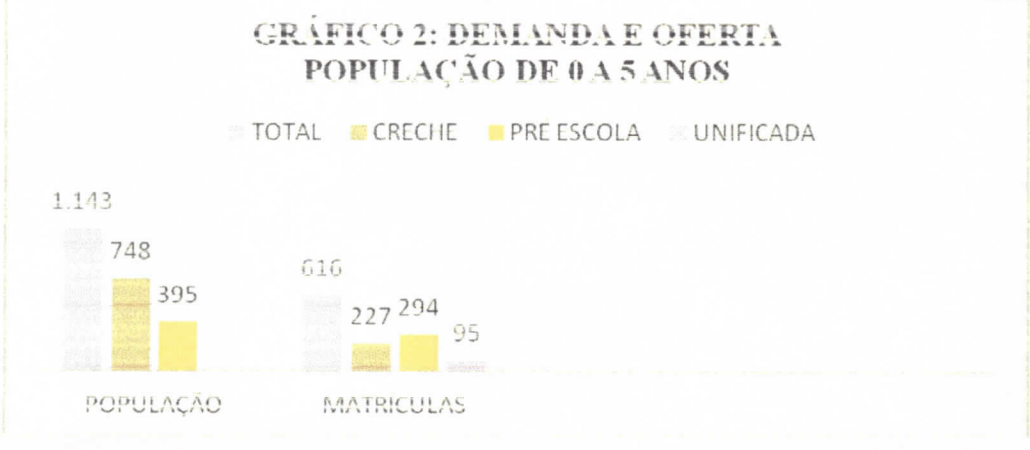
O atendimento nesta modalidade de ensino, a partir de 2007, se estendeu a maioria das escolas da Zona Rural, com o intuito de melhorar o ingresso ao 1º ano, possibilitando maior inteiração com o universo escolar e acima de tudo garantindo um direito assegurado por Lei. Porém, devido as condições precárias de infraestrutura das escolas do Campo e quantidade insuficiente de profissionais, na maioria delas o trabalho está sendo executado na mesma sala do Ensino Fundamental.

Vale ressaltar que em 2010 houve uma grande catástrofe ambiental que devastou parte da cidade, inclusive a sede do Centro Municipal de Educação Infantil Bem-Me-Quer, destruindo parte da escola Desembargador Tenório onde funcionava o anexo da Escola Mun.

Jovelina Saldanha e da Escola Mun. São Francisco e toda documentação antecedente a este ano, nas duas unidades de ensino. A Secretaria Municipal de Educação também foi atingida, ficando assim o município sem dados sobre a oferta neste período.

Ainda neste ano até meados de 2014, o Centro municipal de Educação Infantil Bem-Me-Quer funcionou em prédio alugado, localizado na Avenida 15 de novembro, nº 153, a Auta Barros continua no mesmo prédio, assim como a Escola Municipal Desembargador Tenório. As duas primeiramente citadas atendem em período integral e a última em período parcial assim como as demais escolas municipais que ofertam Educação Infantil. Em maio de 2012,junto ao novo conjunto habitacional Frederico Maia Filho,a cidade ganhou mais uma escola denominada Escola Municipal Professor Antônio de Oliveira Santos que oferta vagas da pré-escola ao 5º ano e posteriormente, em julho de 2014, o município foi contemplado com uma creche , financiada pelo MEC por meio do Programa Pro infância do Governo Federal denominada Centro Municipal de Educação Infantil João Paulo II, que funciona de maneira compartilhada com o Centro Municipal de Educação Infantil Bem-Me-Quer.

O gráfico 2 apresenta a população do município na faixa etária de 0 a 5 anos e a oferta na educação infantil.



FONTE: IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO 2010-CENSO ESCOLAR 2013

Observando o gráfico 2 pode-se dizer que o município caminha na direção para universalização do ensino na pré-escola, pois do total de sua população nesta faixa etária estão fora das escolas apenas 25% de crianças.Já na faixa etária de 0 a 3 anos o município atende

apenas a 30% desta população. O maior desafio é atender as 521 crianças nesta faixa etária que ainda estão fora dos Centros de Educação Infantil Municipal buscando ofertar vagas aos menos a 40% desta demanda. Daí a importância de voltarem-se os olhares a este segmento tão valioso para a Educação Básica Nacional e local. Com apoio do MEC na construção de novos Centros, com instalações e infraestrutura adequada, formação e qualificação profissional específica à oferta, assim o município terá uma execução significativa e expansão de matrículas para este público.

1.2.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é um dos níveis da Educação Básica no Brasil, obrigatório e gratuito nas escolas públicas, atende crianças e jovens com idade entre 6 a 14 anos. A Lei nº 11.114 determinou, a partir de 2005 a duração de 9 anos (nove) para essa etapa de ensino. Com carga horária anual mínima de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver; classificação em qualquer ano ou etapa, exceto no primeiro ano do ensino fundamental, que pode ser feita uma promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento, o ano ou fase anterior na própria escola; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas. Há ainda possibilidade de reclassificação dos alunos na própria escola por solicitação dos pais ou dos professores, e deve ser feita no primeiro bimestre ou quando transferido, a qualquer tempo, desde que requeira.

Durante esta etapa da educação básica deve ser garantido ao estudante conteúdos de uma base comum e uma parte diversificada para atender as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Essa etapa da educação básica deve desenvolver a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo, além de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família.

O ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO

A Educação no município de Quebrangulo, surgiu em 1828. Nessa época era natural os filhos aprenderem em casa, pois os pais ricos contratavam professores particulares para que seus filhos pudessem ter um futuro melhor. Nos meados de 1852 o município já tinha não só escolas particulares, mas escolas subvencionadas pelo Estado. Em 1878 funcionavam duas escolas primárias, uma destinada ao sexo masculino sob a responsabilidade do professor Paulino de Araújo Bivar e a outra destinada ao sexo feminino tendo como responsável a professora Hermínia da Costa Aragão.

As escolas de Quebrangulo traziam, além da falta da comodidade para os alunos, a falta de métodos de aprendizagem, onde a única motivação era a palmatória, como diz Graciliano Ramos em Infância: "Os gritos e o terror eram armas eficazes para boa apreensão dos conhecimentos".

Em 1937, foi fundado o Grupo Escolar Desembargador Tenório em homenagem ao ilustre filho da terra, atendendo ao ensino primário.O Ginásio de Quebrangulo foi fundado em 1950 e em 1978, passou a ser chamado de Centro Educacional Conecista Graciliano Ramos, ofertando o ensino secundário e o magistério.

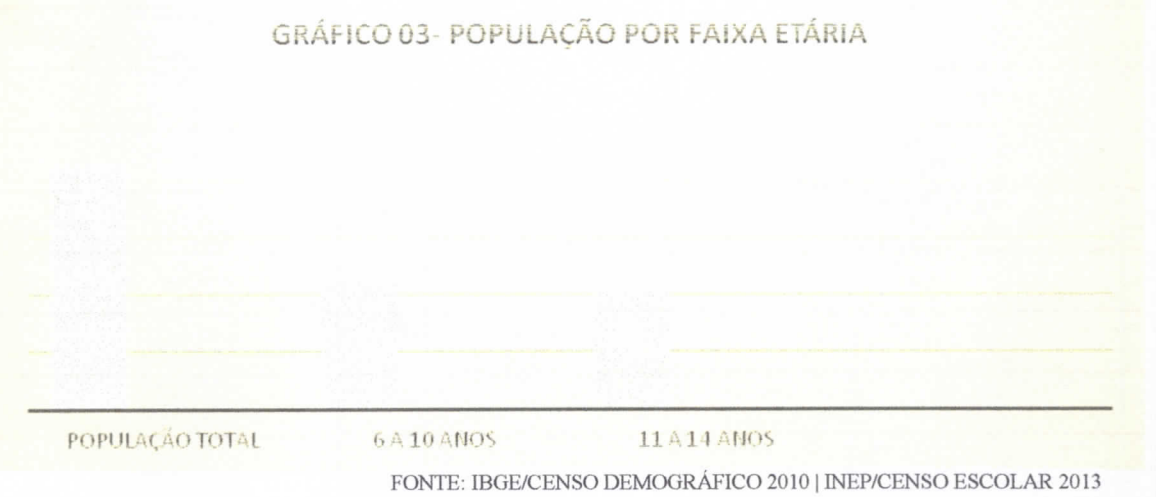
Em 2003 conforme a Lei Municipal nº 536/2003 de 04 agosto de 2003 que dispõe sobre a criação de escolas Municipais, o município contava com 24 unidades escolares de ensino fundamental, sendo 12 unidades anexos á Escola Municipal de Educação Básica Jovelina Saldanha da Cunha Lima e 10 unidades anexos da Escola Municipal Professora Mirta Correia Costa. Com a criação da lei nº 692/2011 que altera a Lei nº 536/2003 os anexos foram desmembradas das Escolas Polo urbanas: Jovelina Saldanha da Cunha Lima e Professora Mirta Correia Costa, tornando-se anexos das Escolas Polo Rurais: Escola Municipal Rodrigo Jacinto com 12 unidades escolares e a Escola Elias de Holanda Cavalcante com 10 unidades escolares.

Atualmente Quebrangulo apresenta um quadro de 29 escolas, (8 na zona urbana e 21 na zona rural), das quais 24 em funcionamento e cinco paralisadas, conforme consulta ao censo 2013. Estas atendem os seguintes níveis de ensino: Ensino Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e EJA na rede municipal na rede estadual conta com uma escola que atende ao ensino fundamental (anos finais) e médio.

Após o município sofrer uma grande catástrofe no ano 2010, acabando com grande parte da cidade e principalmente de algumas escolas, por se encontrarem em área de risco, o mesmo foi contemplado com duas escolas municipais: A Escola Municipal Antônio de Oliveira Santos, já contabilizada acima, localizada no Conjunto Frederico Maia Filho, na zona urbana, inaugurada em 14 de maio de 2012 e a Escola Municipal Graciliano Ramos, localizada no Conjunto Geraldo Passos Lima, atualmente funcionando apenas como extensão da Escola Mun. Mirta Correia Costa.

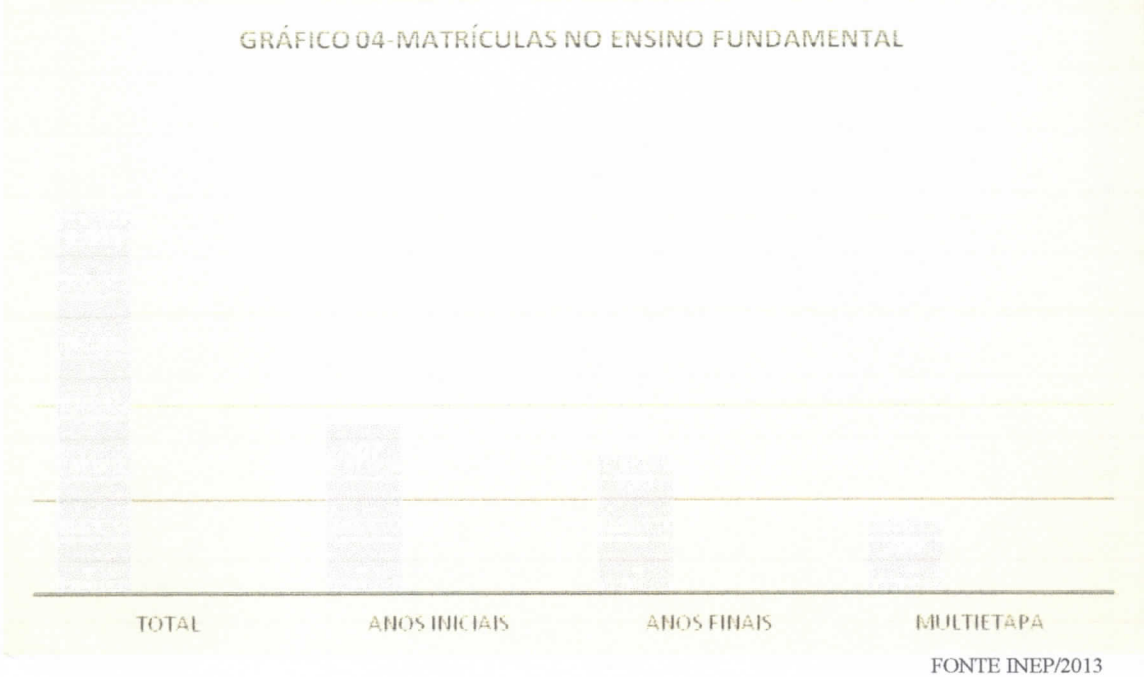
O público alvo do ensino fundamental apresenta um contingente elevado, conforme se verifica o gráfico 03.

GRÁFICO 03- POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: IBGE/CENSO DEMOGRÁFICO 2010 | INEP/CENSO ESCOLAR 2013

Ainda de acordo com o IBGE o Município apresenta uma taxa de atendimento de 96,5% o que corresponde a 2.041 crianças de 6 a 14 anos que frequentam a escola, distribuídas conforme gráfico 04.



FONTE INEP/2013

Ao adotar o ensino fundamental de nove anos o governo brasileiro alinhou-se recentemente, a Emenda Constitucional nº 59/09 estendeu a obrigatoriedade escolar até então restrita ao ensino fundamental para a faixa etária de 04(quatro) a dezessete anos de idade, abarcando quase toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e o cumprimento dessa determinação foi aprazado para 2016.

Diante dos avanços registrados é notável a ampliação da matrícula no ensino fundamental, diferentemente de outros níveis de ensino. O grande impasse passou do acesso para a qualidade. Embora venha melhorando sensivelmente os resultados do país no Programa Internacional para Avaliações de Estudantes (Pisa) e na Prova Brasil, mostram que a maioria dos estudantes chega a metade e ao fim do Ensino Fundamental com pouca ou muito pouca proficiência em leitura e escrita.

O fenômeno do analfabetismo funcional, cuja raiz é encontrada nos anos iniciais do ensino fundamental, presente no 1° ciclo de alfabetização, onde há promoção dos alunos, muitos passam do 1° ao 3° ano sem terem desenvolvidos as habilidades necessárias. Em 2012 a maioria dos municípios e estados do nosso país fizeram a adesão ao programa PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Em 2013 o município de Quebrangulo teve sua implantação em Linguagem 2014 na área de Alfabetização Matemática, que tem como objetivo aprimorar a prática pedagógica do professor com a formação continuada, assim como melhorar o desempenho dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental e o MEC coloca como proposta fazer o acompanhamento dos resultados do PNAIC, com aplicação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada anualmente com as turmas de 3° ano do ensino fundamental.È uma avaliação externa que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática,além dos testes de desempenho que medem a proficiência dos estudantes nessas áreas.Outra avaliação ligada a Alfabetização é a Provinha Brasil, aplicada a alunos do 2° ano do ensino fundamental no início e no final do ano letivo, porém é uma prova amostral e não censitária como a ANA.

GRÁFICO-05 TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS QUE CONCLUÍRAM O 3°ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE,Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE,Censo Populacional - 2010

Ainda que o acesso ao ensino fundamental, prioridade dos sistemas/redes municipais de ensino, esteja (praticamente) universalizado, o insucesso escolar em face da repetência e da evasão é bastante frequente no nível de ensino supracitado. Atribui-se fatores diversos como: espaço físico insuficiente e inadequado, rotatividade dos docentes, deficiência no acompanhamento pedagógico pelas equipes gestoras, distorção idade/ano, metodologia inadequada, ausência dos pais no acompanhamento pedagógico dos filhos, transportes inadequados em virtude da precariedade das estradas vicinais e insuficiência de veículos apropriados e turmas multisseriada nas escolas do Campo.

Assim, a melhoria da qualidade do ensino fundamental coloca-se como crucial desafio a educação municipal na atualidade. As taxas de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental no município de Quebrangulo estão abaixo do Estado de Alagoas, do Nordeste e do Brasil conforme apresenta o gráfico 05. Isso demonstra a necessidade de mais investimento durante esse 1º ciclo.

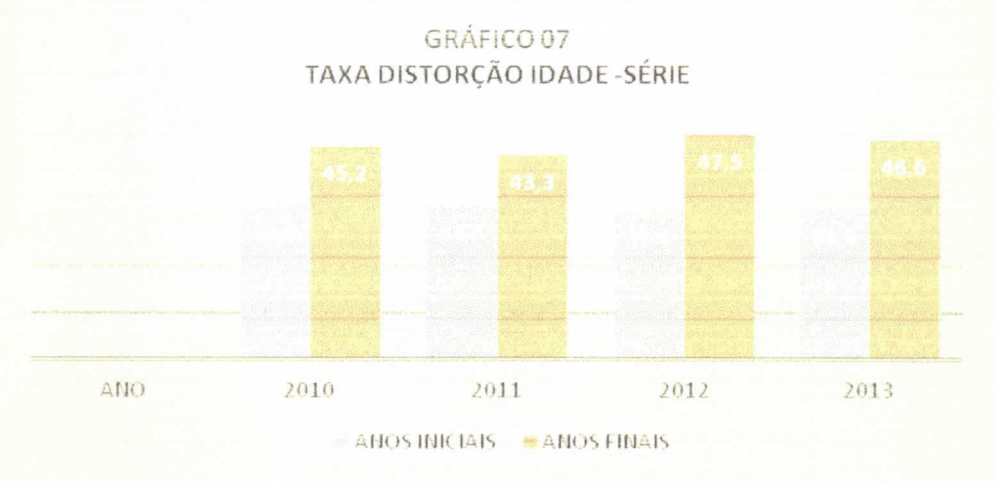
O (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- criado em 2007, calculado bienalmente com base no desempenho dos estudantes do 5ºe 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do Ensino Médio com aplicação de avaliações através da Prova Brasil e taxas de aprovação, reprovação e abandono, cujo objetivo final é que o país tenha nota 6,0 em 2022. Esse indicador também dimensiona tal desafio, mediante a projeção de metas da melhoria da qualidade a serem perseguidas e cumpridas pelos municípios brasileiros. Quebrangulo apresenta os seguintes índices conforme gráfico 06.

GRÁFICO-06 IDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL



FONTE: INEP2013-CONVIVA EDUCAÇÃO

Os índices nos anos finais na rede municipal comparado aos iniciais apresentado no gráfico 06, mostra que o ensino aprendizagem não obteve avanço, ficando estagnado. Isso é preocupante pois demonstra que os investimentos oferecidos ainda não estão sendo suficientes para contribuir com a qualidade desse ensino nesta etapa. Diante disso podemos citar alguns dos fatores que desfavoreceram a evolução nesta etapa de ensino: espaço físico insuficiente e inadequado, rotatividade dos docentes, evasão escolar, distorção idade/ano, metodologia inadequada para alunos em distorção idade/ano, alunos com necessidades especiais ,ausência dos pais no acompanhamento pedagógico dos filhos, transportes inadequados em virtude da precariedade das estradas vicinais e insuficiência de veículos apropriados e ausência da oferta no campo.



FONTE: INEP2013-CONVIVA EDUCAÇÃO

A distorção idade/ano é um desafio para a educação municipal. Diante do gráfico 07, verifica-se nos anos iniciais e finais, um quantitativo exacerbado, sendo mais acentuado nos anos finais, havendo uma discreta queda nos índices negativos entre os anos de 2010 a 2013 nos anos iniciais, ocasionado com a implantação de Programas de Correção de fluxo. Diante disso percebe-se que é preciso maior investimento nos anos finais na busca de estratégias que venham minimizar essa problemática.

TABELA 01-TAXAS DE RENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL QUEBRANGULO/AL

ANO	ETAPA ESCOLAR	REPROVADOS	ABANDONO	APROVADOS
2010	ANOS INICIAIS	23,1%	3,1%	73,8%
	ANOS FINAIS	21,7%	7,4%	70,9%
2011	ANOS INICIAIS	21,1%	1,5%	77,4%
	ANOS FINAIS	23,3%	5,1%	71,3%
2012	ANOS INICIAIS	23,7%	0,8%	75,5%
	ANOS FINAIS	25,6%	9,0%	65,4%
2013	ANOS INICIAIS	20,3%	1,0%	78,7%
	ANOS FINAIS	19,5%	7,9%	72,6%

FONTE: INEP/2013

Conforme a tabela 01, os melhores rendimentos estão nos anos iniciais, reflexo do investimento para este público com a adesão ao Programa de Aceleração de Aprendizagem no período de 2009 a 2012, adesão ao PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa) deste 2013, Entre na Roda, Projeto Brincar em parceria com a Fundação Wolksvagem, CENPEC em 2013 e 2014o Projeto Mediadores de Leitura para Diretores e Coordenadores pedagógicos(em parceria com a UFAL)em 2013, outro fator importante foi a implantação do planejamento coletivo semanal com o professor na escola, em decorrência da ampliação da jornada de trabalho. Porém o município precisa concentrar esforços para a superação dos desafios educacionais nos anos finais que apresentam rendimentos muito baixo.

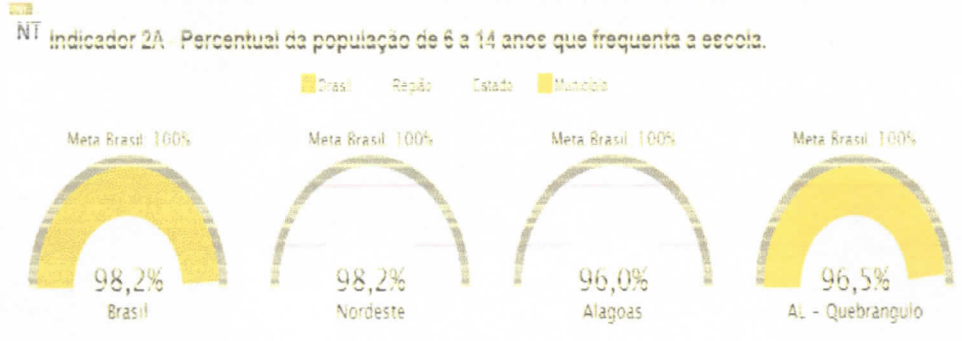
Tentando minimizar estes desafios, acredita-se que a oferta de Educação em Tempo Integral proporciona a melhoria dos índices de educação do município e se concretiza como

melhor caminho para diminuir as desigualdades sociais, assim como a evasão e a reprovação, ofertado aos alunos de famílias mais carentes. As atividades oferecidas, visam dar melhor qualidade e interação a escola, ampliando o universo das possibilidades de aprendizagem para o aluno.

Outro fator que proporciona melhoria dos índices educacionais é o trabalho voltado a inclusão.As instituições escolares deste município precisam avançar muito na Educação Especial, pois a demanda de alunos a cada ano cresce nas escolas e os profissionais estão cada vez mais angustiados e despreparados para enfrentar essa realidade, e precisam de apoio através do assessoramento, suporte pedagógico e qualificação, além da disponibilização de auxiliares em turmas onde se fizer necessário.

A meta 02 do PNE propõe a universalização do Ensino Fundamental para a população de 6 a 14 anos. Ao verificar essa situação em Quebrangulo observa-se que o percentual de 96,5% dessa meta está um pouco a mais do que o Estado de Alagoas aproximando-se da região Nordeste e do Brasil. Além da política de universalização do acesso da matrícula estabelecida nesta meta, é necessário promover e garantir políticas para permanência e o sucesso de todos os estudantes.

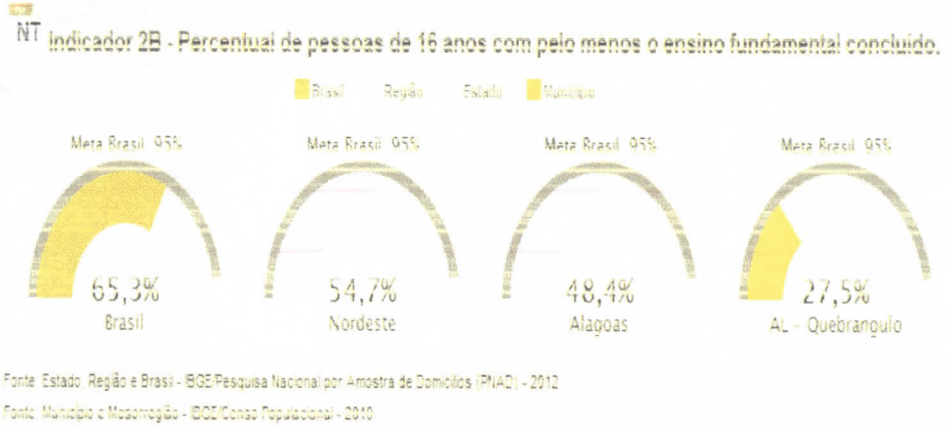
GRÁFICO-08 PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Apesar de a universalização do Ensino Fundamental estar prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação desde 1996, o País ainda não alcançou a meta e o percentual de estudantes que precisam concluir o ensino fundamental com pelo menos 16 anos está muito distante. Pode-se verificar, no gráfico 09, que o município de Quebrangulo, comparado aos dados de seu estado, região e país, está muito distante e precisa avançar. As estratégias de inclusão devem ser mais criteriosas, uma vez que a população que conclui o ensino fundamental é cada vez menor. Conclui-se que essa demanda de alunos pertence aos que estão em distorção idade-escolaridade e aos grupos mais vulneráveis.

GRÁFICO 9 – PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO.



Diante do que foi apresentado no diagnóstico nessa etapa de ensino, constata-se que o município de Quebrangulo precisa esforçar-se mais para melhorar a qualidade da educação.

1.2.1.3-Ensino Médio

O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica, cuja finalidade é preparar os jovens para progredir no trabalho e em estudos posteriores, assegurando-lhes assim uma formação sustentável para o exercício da cidadania, tratando explicitamente das finalidades específicas, do aluno que está inserido no processo.Com duração de 3 anos, tendo como

planejamento e decisão, no aperfeiçoamento da gestão democrática e na transparência das ações pedagógica e administrativa.

1.2.5 FINANCIAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS

Durante a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pouco a pouco criou-se a consciência de que todos os brasileiros, independentemente de sua condição social ou familiar, têm direito à educação básica integral, do nascimento à maioridade.

No setor público, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 atribuíram à União, aos Estados, ao Distrito Federal (DF) e aos Municípios a responsabilidade pela administração do Sistema Educacional Brasileiro, consagrando a existência de três sistemas públicos de ensino, tendo como fundamento o regime de colaboração entre essas instâncias federadas. Cada instância do Poder Público é responsável, assim, pela manutenção e expansão de um Sistema de Ensino, o que acarreta investimentos, bem como mecanismos e fontes de recursos para o financiamento da área.

A Constituição Federal determina que a União deva aplicar, pelo menos, 18% de sua receita líquida de impostos (excluídas as transferências) e os Estados, Distrito Federal e os Municípios devem aplicar, pelo menos, 25% de sua receita líquida de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Prevê ainda o salário-educação como fonte adicional de financiamento na educação básica.Enfatiza-se a importância dos programas financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, como instrumentos de ampliação das receitas da educação, constituindo, portanto, uma importante fonte adicional de recursos para a gestão das Secretarias de Educação.

Após muita discussão e debate, foi sancionada a Lei nº 11.494/07, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Com a criação do Fundo, alguns municípios perdem receita, enquanto outros ganham, mas houve justiça na distribuição dos recursos em relação ao número de alunos apurados pelo Censo Escolar Anual, com base total na arrecadação de impostos e transferências, efetivadas pelos estados e municípios. A distribuição dos recursos, dentro de cada esfera do governo estadual, é efetuada com base no valor *per capita* de alunos, abrangendo, tanto seus alunos quanto os das Redes Municipais.

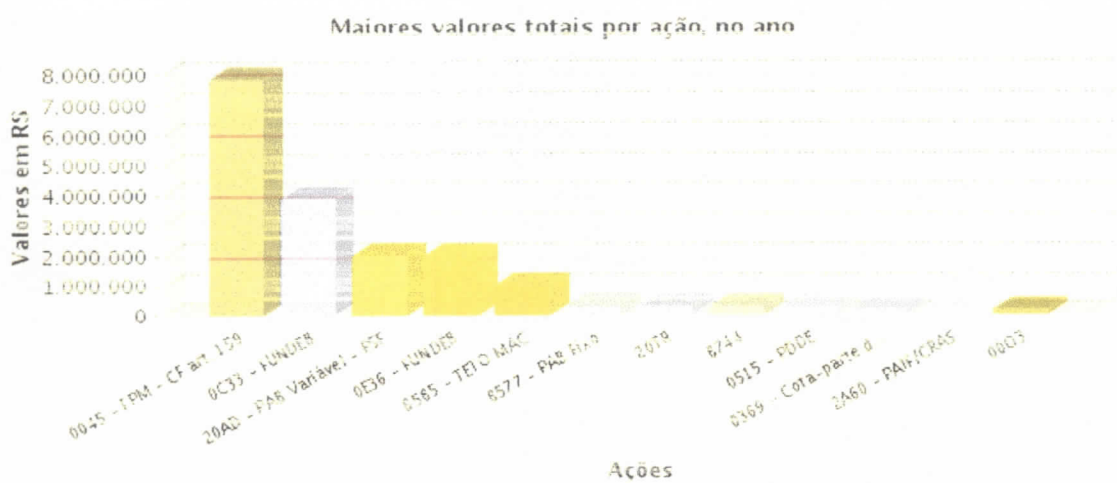
Em princípio, os recursos vinculados podem ser gastos em todas as etapas e modalidades de educação básica escolar. Entretanto, segundo a LDB (art. 11, V), o Município só pode aplicar os 25% da receita de impostos no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, e somente recursos acima desse percentual podem ser destinados ao Ensino Médio e à Educação Superior, mesmo assim, se estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência. Os percentuais fixados pela Constituição são "o mínimo" que os governos devem destinar ao ensino. Percentual maior do que 25% pode ter sido estabelecido na Constituição Estadual ou na Lei Orgânica Municipal. Esses recursos não podem ser gastos em outras ações, devendo obrigatoriamente aplicá-los em despesas com o ensino. Para calcular o percentual de recursos vinculados para o ensino, não se considera toda a receita prevista nos orçamentos públicos, mas apenas os impostos, isto é, as taxas e as contribuições não integram a base de cálculo dos recursos vinculados. Por outro lado, a receita resultante de impostos corresponde à soma dos impostos próprios e das transferências de impostos previstas pela Constituição, assim como dos valores da dívida ativa de impostos, multas e juros de mora. No caso dos Municípios, incluem-se, portanto: – os impostos próprios (IPTU, ISS, ITBI) e a respectiva dívida ativa, multas e juros desses impostos; - as transferências constitucionais recebidas da União (FPM, IRRF, ITR, IOF-ouro); - as transferências constitucionais recebidas do Estado (ICMS, IPVA, IPI-Exportação).

Também não são consideradas para o cálculo do percentual vinculado ao ensino as despesas realizadas com recursos provenientes de transferências legais (salário-educação e outros) a exemplo dos Programas de Alimentação Escolar, Transporte Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola ou de convênios assinados com a União e o Estado; nem tampouco as despesas realizadas com recursos recebidos a mais à conta do FUNDEB, quando o Município recebe mais do que contribui. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB),

estabelece quais despesas podem (Art. 70) e quais não podem (Art. 71) ser consideradas como próprias de manutenção e desenvolvimento do ensino.

De acordo com a legislação pertinente, os Estados são responsáveis pelo Ensino Fundamental e Médio, enquanto os Municípios têm a responsabilidade sobre a Educação Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, e a União sobre o Ensino Superior.

GRAFICO 20: QUEBRANGULO (AL) - TRANSFERÊNCIAS POR AÇÃO / ANO: 2014



FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

2.METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

META 1. Educação Infantil: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1) definir em regime de colaboração entre união, estado e município, expansão da oferta na educação Infantil, segundo padrão de qualidade, considerando as peculiaridades locais para atender as crianças de 0 a 5 anos;

1.2) atender a população local de 0 a 3 anos, aumentando a oferta em 40%, até o final deste PME;

1.3) realizar, periodicamente, em parceria com as secretarias e conselhos locais, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4) aperfeiçoar o processo administrativo de funcionamento das creches que funcionam em tempo integral, viabilizando a permanência de professor em dois turnos;

1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração, e respeitando as normas de acessibilidade, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.6) consolidar plano de construção, ampliação, adequação, reforma e ou manutenção das escolas e centros de educação infantil, previstas nas Leis orçamentárias do município;

1.7) promover revisão no PCC, assegurando que todos os profissionais admitidos por concurso público, que atuarão diretamente com as crianças, possuam no mínimo habilitação de nível médio ou modalidade normal, específica e adequada às características e necessidades de aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

1.8) articular em parceria com outras instituições, o levantamento e publicação da demanda de creche para população de 0 a 3 anos e de pré-escola de 4 e 5 anos, objetivando planejar a oferta de acordo com a meta estabelecida neste PME;

1.9) promover, na formação continuada dos profissionais da Educação Infantil, em regime de colaboração. abordagens interdisciplinares com foco na educação com temas transversais e a cultura do campo;

1.10) promover, em regime de colaboração, a formação continuada dos professores e profissionais da educação que atuam com crianças de 0 a 5 anos, e incentivar, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior e especifica, adequadas ao desenvolvimento integral das crianças;

1.11) garantir o atendimento da população do campo através de turmas exclusivas de educação infantil nas respectivas regiões, considerando às especificidades dessa demanda;

1.12) articular, em regime de colaboração com outras instituições, implantação de equipes multifuncionais nos centros municipais de educação infantil e escolas de educação infantil;

1.13) implantar o atendimento educacional especializado às crianças de 0 a 5 anos com necessidades especiais, assegurando a transversalidade da educação inclusiva, com garantia de formação continuada aos profissionais da educação infantil, em regime de colaboração na área de inclusão;

1.14) implantar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio as famílias,por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade;

1.15) preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.16) apoiar técnica e pedagogicamente as instituições de educação infantil na elaboração das propostas pedagógicas das unidades de ensino, respeitando as diferenças da população, de modo a garantir o direito a proteção, à saúde, a liberdade, a brincadeira, a convivência e a interação das crianças;

1.17) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência

de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.18) promover busca ativa de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social, saúde, cultura, direitos humanos, esporte, e proteção à criança;

1.19) estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para as crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

META 2. Ensino Fundamental: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 90% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégias:

2.1) pactuar com a União e estado, no âmbito da instância permanente de que trata o art. 7º §5º da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.2) criar e implantar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos/as estudantes do ensino fundamental;

2.3) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos/as estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3.1) articular o funcionamento efetivo da Rede de Proteção da infância, adolescência e juventude;

2.4) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) criar e desenvolver, em regime de colaboração, tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.

2.6) disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, além das condições climáticas.

2.7) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos/as estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural,

2.8) fortalecer a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos estudantes, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.9) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo ao desenvolvimento de habilidades;

2.10) promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas;

2.11) promover cursos interdisciplinares, na formação continuada dos profissionais do ensino fundamenta,l com foco para os temas transversais.

META 3 – Ensino Médio: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias

3.1) definir, em regime de colaboração entre união, estado e município, a renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas estruturadas na relação teoria/prática, de maneira flexível e diversificadas conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2) pactuar entre as três esferas da federação, no âmbito da instância permanente de que trata o art. 7º §5º da Lei nº 13.005/2014 a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio;

3.3) garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.4) articular parcerias para criação de programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental e ensino médio, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicionar o aluno no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5) articular parcerias para implantar Pré ENEM na escola de Ensino Médio, possibilitando maiores chances de ingresso nas universidades aos jovens de 15 a 17 anos.

3.6) fomentar o acesso e a oferta do atendimento educacional especializado aos jovens de 15 a 17 anos com necessidades especiais, assegurando a transversalidade da educação inclusiva, com garantia de formação inicial e continuada na área de inclusão;

3.7) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos/as jovens beneficiários/as de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.8) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.9) fomentar programas de educação e de cultura para a população de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos e de adultos, na cidade e no campo, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.10) implementar políticas de prevenção à evasão, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão através de programas e parcerias voltadas para o tratamento da problemática, efetivando a conclusão do Ensino Médio;

3.11) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.12) rever a organização curricular, pedagógica e administrativa do ensino, de forma a atender às exigências legais, adequando-a as DCNs e às necessidades do jovem trabalhador, sem prejuízo da qualidade de ensino;

3.13) realizar formação continuada nas áreas de conhecimento do Ensino Médio, dando prioridade à área que estiver mais defasada;

3.14) promover cursos interdisciplinares na formação continuada dos(as) profissionais do ensino médio

3.15) articular parcerias com os demais entes federados para expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional, na região, possibilitando maior acesso da população do Município.

META 4- Inclusão: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.2) implantar/implementar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e ofertar a formação continuada de professores e profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo;

4.3) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvindo a família e o aluno;

4.4) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.5) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;

4.6) garantir a oferta de educação bilíngüe, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.7) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado

4.8) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.9) aderir a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.10) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.11) instituir equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores/as do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores/as e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.12) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.13) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.14) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

4.15) garantir ao aluno com necessidades especiais, no campo da aprendizagem, a flexibilização curricular, de acordo com suas necessidades.

4.16) oferecer apoio psicológico aos profissionais da educação e familiares dos alunos com necessidades educacionais especiais;

4.17) disponibilizar cuidadores em cada unidade escolar , de acordo com a demanda da escola e complexidade dos casos e que o número de agentes seja adequado ao número de crianças que apresentam necessidades de acompanhamento;

4.18) disponibilizar um professor especialista em cada escola pública, diariamente, para avaliar e atender os alunos com necessidades especiais e desenvolver projetos direcionados à Educação Inclusiva;

4.19)garantir a aplicação de testes e acuidade visual e auditiva em todas as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com a área da saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais;

4.20) generalizar o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no Ensino Fundamental, inclusive através de consórcios entre municípios, quando necessário, promovendo, nestes casos, o transporte;

META 5. Alfabetização: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos/as professores/as alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os/as estudantes até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3) incentivar e divulgar o desenvolvimento de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos/as estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) promover e estimular a formação continuada de professores/as para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

5.6) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminal idade temporal.

META.6 – Educação Integral: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos/as estudantes na

escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

6.2) instituir, em regime de colaboração com a união, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado, para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

6.3) participar, em regime de colaboração com a União, de programa nacional de construção/ampliação e/ou adequação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas com banheiro e vestiários, laboratórios, inclusive de informática com banda larga com quantidade e qualidade suficiente de equipamentos, para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação continuada dos recursos humanos para a educação em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

6.4) promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas ;

6.5) ampliar a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica;

6.6) assegurar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de educação básica;

6.7) atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais , sob coordenação da SME;

6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e

suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas com profissionais habilitados;

6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

6.10) garantir alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem em escola de tempo integral, conforme legislação específica;

6.11) estabelecer na rede de ensino, sob responsabilidade da SME com a devida destinação de recursos financeiros, propostas pedagógicas que explorem o potencial educacional dos espaços fora das escolas, como práticas sistemáticas nos planejamentos pedagógicos;

6.12) promover e estimular a formação continuada de professores para a educação em tempo integral, com conhecimento de novas aprendizagens, voltadas para o desenvolvimento sócio/educacional das crianças.

META 7 . Aprendizado Adequado na Idade Certa: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental;5,2 no ensino médio.

Estratégias:

7.1). pactuar entre os entes federativos, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2) assegurar que:

a) no quarto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável, e

b) no nono ano de vigência deste PME, todos os/as estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) promover o processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio de instrumentos de avaliação que orientem a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.4) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores (as) e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.5) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.6) estabelecer parcerias com entes federativos e instituições diversas, articulando as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o nono ano de vigência deste PME,

7.7) acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas públicas,

estadual e municipal de educação básica, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.8) universalizar em regime de colaboração, até o quarto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.9) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.10) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.11) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos;

7.12) garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências, em cada edifício escolar, assegurando a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.13) participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.14) garantir políticas de combate à violência na escola, de forma colaborativa com outras secretarias, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica, sexual, bullying e outras formas, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.15) implantar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.16) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.17) consolidar a educação escolar no campo, de populações tradicionais, de populações itinerantes , respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

7.18) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

7.19) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de garantir a efetividade do controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.20) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.21) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.22) garantir ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos/as profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.23) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores/as, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.24) aderir, em regime de colaboração, de programa nacional de formação de professores/as e de estudantes para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

7.25) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no **IDEB**, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

7.26) assegurar que no Projeto Político-Pedagógico das escolas da rede pública, haja a inclusão da educação ambiental como ação continuada para formação do cidadão e cidadã;

7.27) potencializar a mediação pedagógica nos conflitos socioambientais, buscando a inclusão social sem distinções étnicas, físicas, etárias, religiosas, de classe ou de gênero, no Estado, municípios e unidades escolares;

7.28) estimular a criação de coletivos educadores, coletivos jovens e centros de Educação Ambiental, agremiações, associações ou estruturas educadoras envolvidas com a Educação Ambiental popular, fomentando o espírito da cooperação, solidariedade e justiça ambiental, nas escolas e nos municípios.

META 8 - Escolaridade Média: elevar a escolaridade média da população de jovens e adultos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para toda a população de menor escolaridade do Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

8.1) institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) Implementar turmas da educação de jovens e adultos no ensino fundamental nos turnos diurno e noturno para todos os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) articular, no âmbito do regime de Colaboração, para garantir a continuidade da escolarização, nos próximos cinco anos, de 50% da população quebrangulense com mais de

15 anos de idade que não concluiu o ensino fundamental e, progressivamente, o ensino médio no período de dez anos,

8.4) garantir o acesso e a permanência à rede pública de educação, de 100% dos estudantes egressos de programas e projetos de alfabetização desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais;

8.5) articular com o Sistema estadual para garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.6) articular com o Sistema Federal e Estadual para garantir acesso gratuito a educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para todos os segmentos populacionais;

8.7) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para todos os segmentos populacionais, identificar motivos de absenteísmo e fortalecer mecanismos para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, garantindo a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

8.8) promover a busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes a todos os segmentos populacionais, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;

8.9) identificar as causas de evasão escolar na educação de jovens e adultos e, em regime de colaboração, elaborar e executar ações que superem estas causas, garantindo a frequência e o apoio à aprendizagem no atendimento desses estudantes na rede pública de ensino;

8.10) assegurar, em parceria com os demais entes federados, a criação de ações de integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional em cursos planejados.

META 9 – Alfabetização de Jovens e Adultos: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) realizar mapeamento dos jovens e adultos não escolarizados e os com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) aderir a benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que freqüentarem cursos de alfabetização considerando, o acesso a permanência e o desempenho escolar;

9.5) realizar chamadas públicas para oferta de matrícula na educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa de jovens fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social, saúde, cultura, direitos humanos, esporte, e proteção à juventude, aos idosos e às pessoas com deficiência;

9.6) realizar, em esfera municipal avaliação, por meio de exames específicos, que permitam aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos em parceria com os demais entes federados e outras instituições, por meio de programas

suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.8) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;

9.9) implementar, em parceria com entes federados e outras instituições, programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência favorecendo a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.10) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

9.11) articular políticas de educação com outras políticas sociais, que assegurem ao jovem e adulto trabalhador quebranguiense, o acesso a programas de formação profissionalizante, de geração de emprego e renda, assistência à saúde e outras medidas, possibilitando a sua permanência na escola;

9.12) garantir a inclusão, com qualidade, de 100% do/a(s) estudantes da educação de jovens e adultos com deficiência.

9.13) implantar processo de admissão de novos professores que atuarão especificamente na Educação de Jovens e Adultos, garantindo atendimento exclusivo a esta demanda;

9.14) garantir que os espaços físicos destinados para funcionamento da EJA, desde a alfabetização até os anos finais do Ensino fundamental, sejam devidamente estruturados, equipados, mobiliados e adequados para essa atividade e público constituído por jovens, adultos e idosos;

META 10 – Educação Superior - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

10.1) implantar Polo de Universalidade Aberta, no município, com financiamento do governo federal, para garantir esta oferta à população local;

10.2) buscar estratégias junto à extensão que funciona no município para aumentar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação;

10.3) oportunizar a população transporte para outros polos que ofertam cursos com maior variedade nas áreas de interesse da população, a partir de quantitativo mínimo para esse fim.

Meta 11 – Formação de Professores: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam

Estratégias

11.1) atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

11.2) aderir a programas específicos para formação de profissionais da Educação para as escolas do campo e para a Educação especial.

11.3) promover adesão a cursos e programas especiais para assegurar formação específica na Educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes, com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

11.4) incentivar a participação em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério

11.5) implantar, no prazo de um ano de vigência desta Lei, política de formação continuada para os profissionais da Educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

12 - Formação Continuada e Pós-graduação de Professores: Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

12.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município.

12.2) expandir a composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

12.3) fomentar o uso de portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

12.3) estimular a criação de programas de oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da Educação Básica.

12.4) fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da adesão a programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

12.5) instituir Programa Municipal de Formação Continuada por área/etapa específica, em Regime de Colaboração com os demais Entes Federados e parcerias com outras instituições;

13 - Valorização do Professor: Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PME.

13.1) implementar, no âmbito do Município, atualização periódica do Plano de carreira para os profissionais do magistério, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

13.2) implementar políticas de valorização dos profissionais do magistério, que garantam condições dignas de trabalho;

13.3) estabelecer convênios entre os níveis municipal, estadual e federal visando a implantação de programa de prevenção da saúde dos profissionais da educação, sobretudo aqueles relacionados à voz, visão, problemas vasculares, ergonômicos, psicológicos e neurológicos.

13.4) modernizar tecnologicamente as Secretarias Municipais de Educação e de Administração objetivando agilizar a tramitação de processos administrativos, assegurando a efetivação de seus direitos legais;

13.5) disponibilizar aos professores, recursos tecnológicos avançados para uso individual, objetivando melhorar o desempenho em sala de aula.

Meta 14 - Plano de Carreira Docente :Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

14.1) estruturar a rede pública de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e **50%** (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

14.2) implantar acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

14.3) aderir a iniciativa do Ministério da Educação, prova nacional, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da Educação Básica pública.

14.4) prever, no plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu

14.5) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

14.6) regulamentar e efetivar a Avaliação de Desempenho dos Profissionais da rede Municipal

Meta 15 - Gestão Democrática: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

15.1) reformular a legislação específica que regulamenta a Gestão Democrática, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

15.2) implantar e implementar os programas de apoio e formação aos (às)conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar e demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

15.3) constituir o Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

15.4) estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

15.5) estimular o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo

15.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da Educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

15.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

15.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aderir a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão

15.9) realizar alteração na Lei de Criação do Conselho Municipal de Educação, tornando-o Normativo e prover a infraestrutura necessária para o seu adequado funcionamento.

15.10) criar o Sistema Municipal de Ensino.

Meta 16 - Financiamento da Educação: Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Estratégias

16.1) planejar e efetivar o financiamento para todas as etapas e modalidades da Educação Básica da responsabilidade do Município, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

16.2) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Estado e do Município e os Tribunais de Contas da União e do Estado;

16.3) assegurar a autonomia financeira e orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 69, da LDB, Lei n. 9.394/96, atribuindo ao seu dirigente a responsabilidade de ordenador de despesas e gestor pleno dos recursos educacionais, com o devido acompanhamento, controle e fiscalização,pela Câmara do FUNDEB no Conselho Municipal de Educação;

16.4) desenvolver padrão de gestão que focalize, principalmente, a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.

3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Quebrangulo, ao ser apreciado e votado pela Câmara Legislativa, deve ter sua essência respeitada e reconhecida como um documento legitimo, construído coletivamente e que traduz os anseios por uma educação de melhor qualidade para a sociedade quebrangulense.

Entre as ações previstas, muitas dependem de iniciativa do Município, mais especificamente do Poder Executivo Municipal. Mas há metas que demandam cooperação dos Governos Estadual e Federal para serem executadas, seja porque envolvem recursos de que o Município não dispõe, seja pelos limites do poder atribuído a sua atuação no setor educacional.

Esse plano, por ser decenal, prevê mecanismos de acompanhamento e avaliação para garantir que as metas e estratégias sejam realmente cumpridas.

A sistemática de acompanhamento e avaliação visa propiciar informações qualitativas e quantitativas integradas, que permitam o seu melhor gerenciamento, possibilitando que sejam tomadas medidas corretivas no decorrer do processo.

Após dois anos da aprovação do PEE, realizar-se-á a primeira avaliação externa coordenada pelo Fórum Municipal de Educação de Quebrangulo- FMEQ, por meio do qual será construída uma agenda bianual de avaliação para que sejam feitas as adequações necessárias.

Serão desenvolvidas ações estratégicas como:

1. Conferências Municipais de Educação e/ou Audiências Públicas, a cada dois anos, e quando necessário extraordinariamente, para discussão das políticas educacionais e avaliação das metas e estratégias;
2. Seminários anuais de avaliação da política de financiamento da educação, analisando suas consequências sobre a democratização e a qualidade do ensino, em todos os níveis.
3. Desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas e de divulgação das avaliações da política e dos resultados das ações político-pedagógicas.

REFERÊNCIAS

Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEBn.01 2016

Constituição da República Federativa do Brasil-1988

Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica/MEC

Emenda Constitucional nº 59/2009

Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA- Lei 8.069/1990

Indicadores da Qualidade na Educação:

Indicadores Demográficos Educacionais:http://ide.mec.gov.br/2011

Instituto Brasileiro de Estatística- IBGE. Censo Populacional 2010

Lei e Diretrizes e Bases da Educação

Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar 2010/2013

Plano Estadual de Educação, Lei nº 6.757/2006

Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2013

Portal de Olho nos Planos:

Portal Qedu:

Resolução CEB/CEE/AL Nº 08 de 17 de abril de 2007

Todos pela Educação:

Transferências Constitucionais – Tesouro Nacional:

referência uma carga horária anual de 800h (Oitocentas horas), distribuídas em pelo menos 200 (Duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Segundo o Art.36 da LDB Nº 9394/96, o currículo do Ensino Médio destacará a Educação Tecnológica Básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, a Língua Portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania, incluindo ainda uma Língua Estrangeira Moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar e as disciplinas Filosofia e Sociologia incluídas pela lei Nº11.684/2008 como obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.

É importante que os alunos do Ensino Médio percebam que sua função política e social está atrelada a realidade em que vivem, precisando compreender o mundo das Ciências, das Letras e das Artes, percebendo que só por este caminho poderá iniciar um grande processo de transformação, com capacidade de aprender continuamente, do ser autônomo para pensar, despertar o pensamento crítico, fundamental para a realidade atual na sociedade em que se vive.

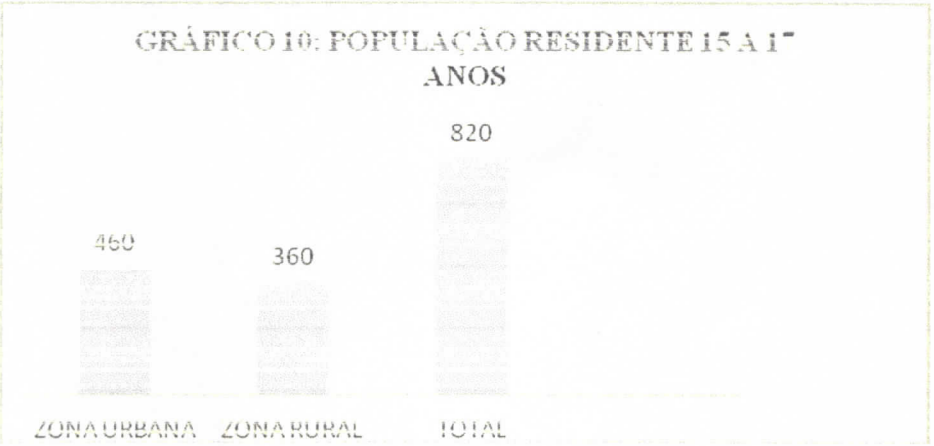
Existe uma necessidade de elevar e reestruturar o Currículo do Ensino Médio, incluindo cursos técnicos e profissionalizantes com estratégias precisas, não só para ampliar o atendimento escolar a população entre 15e 17 anos, mas também sanar a necessidade de tornar um curso mais atrativo, dinâmico e significativo para essa clientela.

A Constituição Federal de 1988 no que se refere ao Ensino médio, em seus Art.208 e 211, determinaque o dever do estado com a educação será efetivado mediante garantia deprogressiva universalização do Ensino Médio gratuito e atuação das três esferas governamentais em regime de colaboração, sendo prioridade do estado atuação no Ensino Médio e Fundamental. Assim, a busca por um Ensino Médio de qualidade precisa garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem do aluno no contexto escolar, envolvendo medidas políticas e administrativas que possam assegurar a efetivação destes fins.Contudo, no sentido de oferecer qualidade, é necessário instituir o Ensino Médio Técnico e Profissionalizante, com uma Matriz Específica com conteúdos significativos, com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação teoria/prática, e uma metodologia em prol da aprendizagem real, de

maneira flexível e diversificada, a fim de formar jovens para a vida em sociedade, independente da classe social que esteja inserido.

O Município de Quebrangulo conta com apenas uma escola de Ensino Médio, a Escola Estadual Professora Elza Soares Cavalcante, localizada na Rua Prefeito João Honório de Carvalho, S\Nº - Centro. Iniciou seus trabalhos educacionais no Município em 17 de fevereiro de 2005, contando com uma equipe formada por 60 profissionais da Educação, sendo 27 professores efetivos e 6 monitores. Sua infraestrutura geral contempla boa parte dos requisitos necessários para o desenvolvimento das atividades educacionais e conforto de alunos, funcionários e professores, inclusive seguindo as normas de acessibilidade com rampas e sanitários adaptados, porém, é necessário salientar que a escola enfrenta grandes problemas para realizar manutenção do prédio escolar, por falta de recursos financeiros.

GRÁFICO 10: POPULAÇÃO RESIDENTE 15 A 17 ANOS



IBGE-CENSO/2010

De acordo com o gráfico 10 o município tem uma demanda total de 820 adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos e atende a 529 alunos provenientes da Zona Rural e Urbana, através do uso do Transporte Escolar nos três turnos, que corresponde a 64,51% da população total, conforme informações do censo escolar –INEP/2013.

GRÁFICO 11: MATRÍCULAS ENSINO MÉDIO



FONTE: INEP/2013

Observando o gráfico 11 constata-se a oscilação na matrícula, reflexo do alto índice de desemprego no município, reforçado pela catástrofe ambiental (enchente) ocorrida em 2010, devastando grande parte da cidade, aumentando assim o fluxo migratório da população nessa faixa etária em busca de emprego. Ainda segundo o INEP/2013 dos 529 alunos matriculados em 2013, concluíram o ensino médio, 337 alunos o que corresponde a 65,0% de aprovados, 87 alunos reprovados o que corresponde a 14,9% e 105 alunos abandonaram os estudos, deixando uma taxa de evasão de 20,1% neste ano. A imensa diferença entre matrículas e concluintes do Ensino Médio evidencia a necessidade de se estabelecer programas de acompanhamento e revisão dos conteúdos e estratégias de ensino.

Outro aspecto importante a se destacar e que tem relação com os indicadores anteriormente apresentados é a taxa de distorção idade/série, como demonstra o gráfico 12:

GRÁFICO 12: TAXA DISTORÇÃO IDADE/ANO
ENSINO MÉDIO



FONTE INEP-CENSO ESCOLAR/2013

Embora a taxa de distorção tenha diminuído entre 2010 e 2012, ainda continua alta. Tais dados revelam a fragilidade desse nível de ensino no município: dificuldades dos jovens inclusive dos que vêm da zona rural, em acompanhar e permanecer na escola, em virtude de suas condições socioeconômicas, insuficiência e inadequação do transporte escolar e falta constante de professores em algumas áreas de conhecimento.

Uma das possiveis saidas para esta problemática é buscar parceiros local e em âmbito estadual e federal para desenvolver programas técnicos/profissionalizantes e projetos voltados ao interesse deste público com estratégias voltadas a fomentar a permanência e diminuir a evasão com foco na educação técnica/profissionalizante integrada ao ensino médio, estimulando estes jovens a concluir os estudos, diminuindo os dados negativos desta modalidade no município.

O município não oferta cursos técnicos profissionalizantes, mas disponibiliza transporte a 30 alunos, matriculados no Instituto Federal de Alagoas – IFAL, distribuídos nos cursos de sistemas elétricos, engenharia civil e técnico de informática.

1.2.1.4-Modalidades da Educação Básica

1.2.1.4.1- Educação especial

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde estima-se que aproximadamente 10% da população têm necessidades especiais. Se aplicar esta estimativa no município, que de acordo com o IBGE, em seu censo 2010, conta com uma população de aproximadamente 11.474 mil habitantes, teria cerca de 1.147pessoas com alguma necessidade especial. Em 2013, segundo INEP/2013, na rede pública de ensino contamos com uma matrícula de 77 crianças e jovens matriculados que apresentam alguma necessidade especial.

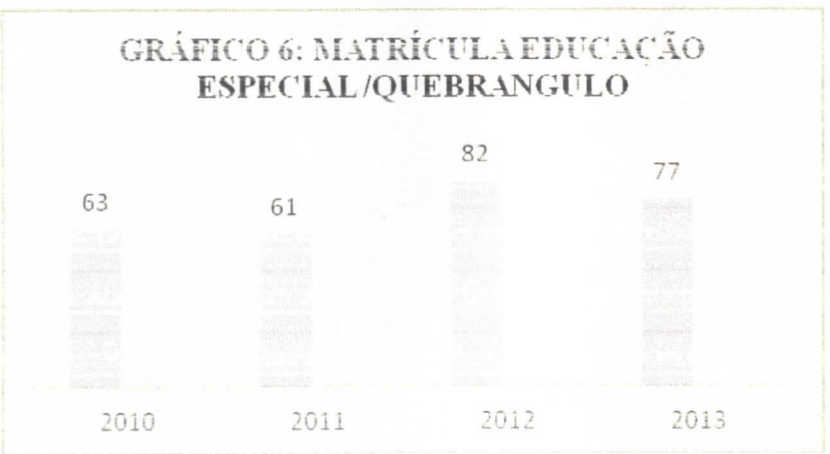
A legislação determina o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, na forma como estabelece a LDB/1996.O artigo 58explicitam que haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas salas comuns do ensino regular. Os parágrafos 2º e 3º pertinentes a este artigo determinam que a Educação Especial deve ser dever constitucional do Estado e tem início na faixa etária de (0 a

5) zero a cinco anos, durante a Educação Infantil e o município deveria ser serviço de Educação Especial.

A educação especial, entendida como educação de qualidade e eficiência pedagógica para todos, trará um avanço na escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois realizará apoio a comunidade escolar in loco, assim como formação continuada por meio de desenvolvimento de recursos na área da educação inclusiva.

A construção de uma Rede Educacional Inclusiva não ocorre repentinamente. Requer um processo complexo de transformação do pensar e da prática Educacional que começa a tornasse viável quando se tem um mapeamento da realidade local e a identificação de ações emergenciais a médio e longo prazos.

No município de Quebrangulo as matrículas têm crescido significativamente nos últimos anos, mesmo com uma pequena queda de 2012 para 2013. Conforme gráfico 13 a procura de atendimento escolar deste público é constante, porém o atendimento oferecido nesta área é muito precário e insuficiente ao crescimento integral do aluno.

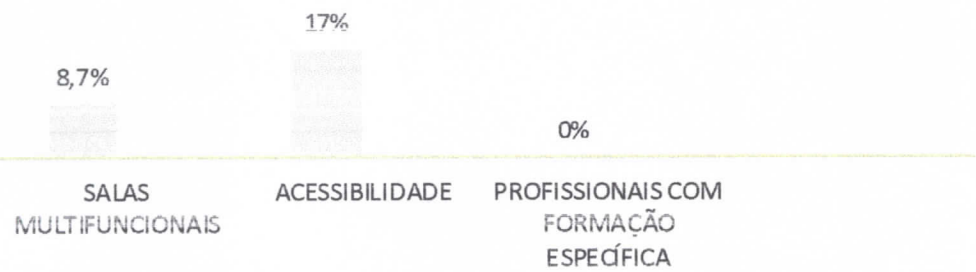


FONTE INEP-CENSO ESCOLAR/2013

Percebe-se que o atendimento a este público é bastante precário devido a ausência de programas destinados a oferta da atenção inicial para crianças com necessidades especiais e as crianças com deficiência. Também não existe parceria com áreas da saúde, considerando a equipe mínima e às vezes inexistente de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia e a assistência social em todas as instâncias educacionais. Na

maioria das 29 escolas do município, existem alunos com necessidades especiais e como demonstra o gráfico 14 a implantação de programas voltados a este público é mínima.

GRÁFICO 14: PROGRAMAS EXISTENTES NAS ESCOLAS/QUEBRANGULO



FONTE: INEP-CENSO ESCOLA/2013.

Analisando o gráfico 14, pode-se enfatizar a urgência em implantar políticas de inclusão, que democratizem o acesso e a permanência do aluno com deficiência no ensino regular; cita-se a precariedade na formação inicial e continuada dos profissionais, o atendimento nas salas multifuncionais inadequado e dentro da carga horária regular, número de alunos com deficiências diversificadas em uma única sala de aula e ausência de cuidadores para este público alvo como grandes entraves para o processo de inclusão escolar e social.

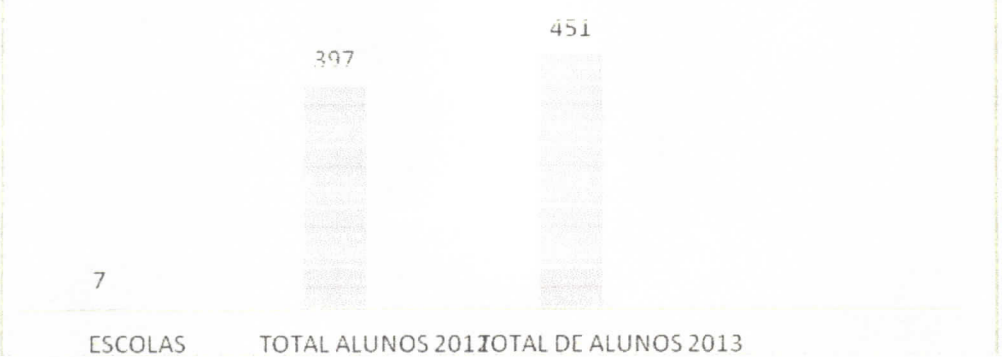
Investir na formação de recursos humanos como capacidade de oferecer o atendimento adequado a Educação Básica é prioridade para o Plano Municipal de Educação de Quebrangulo. Segundo o INEP/2013 apenas 55,8% do total de alunos matriculados com necessidades especiais estão em turmas de AEE, embora os professores responsáveis por essas salas não tenham formação especifica.Ainda de acordo com IBGE/2010 o município apresenta um percentual de 86,7% da população de 4 a 17 anos com deficiência, que frequenta a escola. Expandir e melhorar esta oferta é contribuir efetivamente para atingir a meta 4 do PNE.

1.2.1.4.2- Educação Integral

Integral por definição quer dizer total, inteiro, global. É isso o que se pretende com a Educação Integral: desenvolver os alunos de forma completa, em sua totalidade. Muito mais do que o tempo em sala de aula, a educação integral reorganiza espaços e conteúdos.

A Educação Integral em Quebrangulo teve início na década de 60 com a implantação da Educação Infantil atendendo a 128 crianças 0 a 5 anos.Posteriormente, no ano de 2010, o município em parceria com o Instituto Ayrton Senna (Programa de Correção de Fluxo) avançou nas ações de Educação Integral, atendendo 125 alunos (de uma escola urbana) no contra turno nos dois anos subsequentes continuou a ofertar ampliando o atendimento a75 crianças das escolas do campo em parceria com o MEC. A partir de 2012o município aderiu ao Programa Mais Educação com escolas do ensino fundamental anos iniciais e finais, sendo da zona urbana e rural, estas estão desenvolvendo suas atividades dentro e fora da escola, tendo em vista que os prédios escolares não possuem estruturas físicas adequadas, especialmente as escolas situadas no campo. Além dos problemas relacionados aos aspectos físicos, há os que se referem a dificuldade em encontrar voluntários com habilidades e/ou formação para desempenharem as atividades.

GRÁFICO 15: NÚMERO DE ESCOLAS E NÚMERO DE ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL



FONTE: INEP/2013

Atualmente, o município conta com 03 Centros de educação Infantil, em período integral, (dois urbanos e um rural), com um total de 352 crianças, conforme INEP/2013. O entendimento do município para Educação Integral compreende não apenas a permanência do aluno na Instituição Educacional durante sete ou mais horas diárias, mas a realização de atividades que possam reforçar e favorecer a aprendizagem, desenvolver as competências inerentes ao desenvolvimento da cidadania.

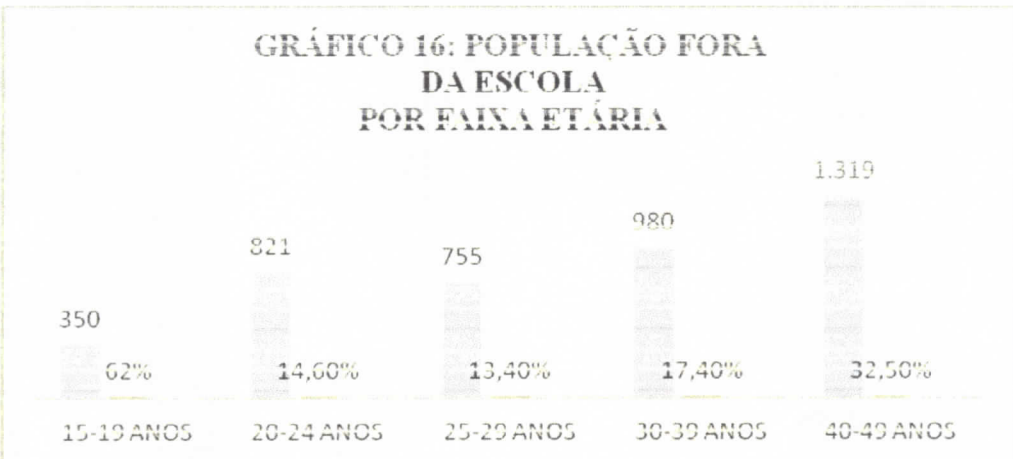
O ensino integral precisa ser entendido não só como equalização inestimável de oportunidades de vida e melhoria de aprendizagem para todas as crianças e adolescentes, mas também como solução para os problemas de saúde, segurança, renda, lazer, esporte, cultura e emprego. Nesta perspectiva de articulação entre os vários espaços de educação, a Secretaria Municipal de Educação de Quebrangulo se propõe a esse desafio de acesso, permanência e sucesso de crianças e adolescentes nas escolas públicas, completando o tempo necessário para preparar o verdadeiro cidadão, abrindo espaço para conteúdos e projetos até agora pouco oferecidos pelo Ensino Regular.

1.2.1.4.3- Educação de Jovens E Adultos

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduz à erradicação do analfabetismo (art.241, I). A educação de jovens e adultos surgiu no Brasil, na década de 1930, para atender a parcela da população brasileira que não teve acesso à escolarização na idade própria, impossibilitados pela necessidade de sobrevivência e a não oferta de ensino para todos.

Na década de 1950, o pensamento pedagógico começou a aflorar, criticando algumas tendências educacionais já existentes. O precursor desta nova tendência foi Paulo Freire, que elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizada a e que não negasse a sua cultura, mas que fosse transformando, através do diálogo, considerando as diversidades regionais e locais. Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram ao longo dos

anos um grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino obrigatório.Embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é excessivo; chegando a números elevados como 16 milhões de brasileiros, maiores de quinze anos sem escolarização. Veja a seguir o gráfico 16 com população por faixa etária fora da escola no município.



FONTE: IBGE 2010.

Em Quebrangulo a EJA surgiu com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Foi um projeto do governo brasileiro criado pela Lei n° 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando *"conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida".*

Criado e mantido pelo regime militar, durante anos jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBRAL, cujo objetivo era proporcionar alfabetização e letramento a pessoas acima da idade escolar convencional. A recessão econômica iniciada nos anos 80 inviabilizou a continuidade do MOBRAL, que demandava altos recursos para se manter. Seus Programas foram assim incorporados pela Fundação Educar em 1985, ano de seu fim.

O **ensino supletivo** é uma modalidade educativa que tinha como objetivo suprir ciclos não concluídos por um adolescente ou adulto durante a idade considerada adequada. No início da década de 1990, numa parceria entre a secretaria de estado de Educação e município de Quebrangulo,foi ofertado o ensino supletivo, nos prédios da Escola Mun. Jovelina

Saldanha da Cunha Lima e da Escola Estadual Desembargador Tenório, com a ideia de oportunizar as pessoas que tinham desistido do ensino regular. Posteriormente foi transformado em telecurso. O *Telecurso* foi criado em 1978 com uma parceria entre a Fundação PadreAnchieta - mantenedora da TV Culturae a Fundação Roberto Marinho. A Rede Globo também exibia os cursos. Nesta época, a EJA ainda não era vista como modalidade de Educação Básica, o que veio a ocorrer após a promulgação da LDB Lei nº 9.394/96. Apesar disso, muito jovens e adultos trabalhadores ainda têm sido assistidos de modo precário e improvisado pelo Poder Público.

Na década de 90 a Escola Municipal de Educação Básica Jovelina Saldanha da Cunha Lima ofertou, no turno noturno, a modalidade jovens e adultos, formando 04 turmas do I segmento (segunda e terceira etapa). No ano de 2002 foi implantado II segmento (quarta e quinta etapas) a 69 estudantes, na Escola Municipal Professora Mirta Correia Costa e 11 escolas do campo também fazem está oferta, segundo informações coletadas na Secretaria Municipal de Educação.

O gráfico 17 aponta uma diminuição de matrícula no município nos últimos anos, que indica o elevado grau de evasão nesta modalidade na rede de ensino, que apresenta uma taxa de alfabetizaçao de 67,7% da populaçao de 15 anos ou mais de idade, segundo IBGE/2010. De acordo com a mesma fonte de pesquisa o município possui uma taxa de analfabetismo funcional de 51,9% da população nesta faixa etária.

GRÁFICO 17: MATRÍCULANA REDE PÚBLICA MUNICIPAL



FONTE: INEP/2013

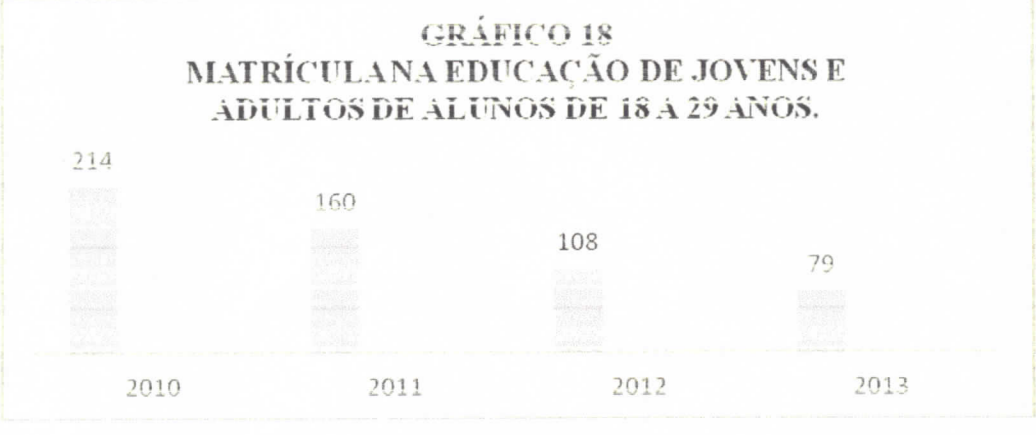
Como forma de estimular este público e garantir a permanência dos jovens nas escolas o município oferta transporte escolar em veículos inadequados em algumas regiões, com objetivo de equalizar as oportunidades de ensino a todos.

Outro fator que contribui para evasão dos adultos é a metodologia inadequada dos profissionais, estrutura física e equipamentos que desfavorece o ensino/aprendizagem.

A análise deixa claro a fragilidade do município nesta oferta de ensino, evidenciando a falta de políticas públicas municipais destinadas ao público alvo dessa modalidade, apontando que temos muito a fazer para atingir as metas do PNE que tratam desta oferta.

Uma das possíveis saídas para esta problemática é buscar parceiros locais em âmbito estadual e federal para desenvolver programas técnicos e profissionalizantes com projetos voltados ao interesse deste público, buscando estratégias voltadas a fomentar a permanência e diminuir a evasão com foco na educação técnica e profissionalizante integrada a EJA, estimulando estes jovens a concluir os estudos, diminuindo os dados negativos desta modalidade especificamente entre a faixa etária de 18 a 29 anos de idade.

GRÁFICO 18
MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ALUNOS DE 18 A 29 ANOS.



FONTE: INEP/2013

TABELA 2. MATRÍCULA POR COR/RAÇA- 18 a 29 anos

ANO	NÃO DECLARADA	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	INDÍGENA
2010	26	29	7	148	4	0
2011	7	21	10	122	0	0
2012	13	14	4	77	0	0
2013	13	5	3	58	0	0

FONTE:INEP/2013

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudos no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade do Município e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados é meta do município.Vale salientar que a matrícula por localidade na faixa etária de 18 a 29 anos é de 136 jovens na área urbana e 78 jovens na área rural.

1.2.2 ENSINO SUPERIOR

As características que marcaram o desenvolvimento do ensino superior no Brasil foram: primeiro o seu caráter tardio, pois as primeiras instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando da década de 30 do século XX. A segunda, que nos interessa de modo especial é o desenvolvimento precoce de um poderoso sistema de ensino privado paralelo ao setor público. Já na década de 1960, este setor adquire novas características. Não se trata mais, de fato, da coexistência de sistemas públicos e privados com missões e objetivos semelhantes como antes. Trata-se de outro sistema que subverte a concepção dominante de ensino superior centrada na associação entre ensino e pesquisa, na liberdade acadêmica e no interesse público.

No Brasil as universidades constituíram, até a década de 80, uma parte pequena do ensino superior. Por que, além de instituições confessionais e de escolas superiores criadas por elites locais e sem fins lucrativos, proliferou, já a partir da década de 70 outro tipo de estabelecimento: não confessional, não universitário e organizado como empresa que, explícita ou disfarçadamente, tinha como objeto principal a obtenção de lucro – tratava-se, portanto, de um negócio brasileiro. Para isto, é importante uma pequena introdução histórica sobre o desenvolvimento do ensino superior do Brasil, que permita entender o processo de sua constituição, sua complexidade e heterogeneidade. Nesta história, podemos distinguir períodos que, em grande parte, acompanham as transformações políticas que ocorrem no país. O primeiro, que coincide com o período monárquico, vai de 1808 até o início da República, em 1889. É caracterizado pela implantação de um modelo de escolas autônomas para formação de profissionais liberais, de exclusiva iniciativa da Coroa. No segundo período, que abrange toda a Primeira República, de 1889 a 1930, o sistema se descentraliza e, ao lado das escolas federais, surgem outras, tanto públicas (estaduais ou municipais), quanto privadas. Até o final deste período, não há universidades no Brasil, apenas escolas superiores autônomas centradas em um curso.

O período subsequente é gestado na década de 20 do século passado, mas se implanta em 1930 e coincide com o final da Primeira República e a instalação do governo autoritário de Getúlio Vargas, o Estado Novo. É nesta época que são criadas as primeiras universidades do país. Este período se encerra em 1945, com a queda de Vargas e a redemocratização do país, iniciando um novo período que se estende até 1964. O período seguinte se inicia em 1964, quando se instala um novo período autoritário, durante o qual o modelo de universidade é reformado e o sistema privado se desenvolve aceleradamente no sentido da constituição. O período recente se inicia com o processo de redemocratização gradual do país, em 1985 e é marcado pela Constituição de 1988, por uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e por profundas transformações políticas econômicas e educacionais.

De acordo com a Lei de Diretrizes da Educação 9394/96, Art. 55 é de responsabilidade da União a oferta e garantia do Ensino Superior, ficando assim o município isento desta modalidade. Podendo contribuir para o acesso e permanência de seus munícipes

que cursam esse nível de ensino ofertando transporte gratuito para a cidade vizinha, possibilitando a todos o direito preconizado em lei.

Ao todo são 146 alunos, que cursam nível superior distribuídos nos três turnos e nos seguintes cursos e instituições de ensino:

- Universidade estadual de Alagoas - UNEAL: 75 alunos/história, pedagogia, química, matemática, geografia e letras.
- Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC: 22 alunos/ enfermagem, direito e administração.
- Faculdade Eclesiástica São Tomaz de Aquino - FACESTA: 20 alunos/ educação física, matemática, pedagogia e assistência social.
- Instituto Federal de Alagoas - IFAL: 30 alunos/ técnico de informática, sistemas elétricos e engenharia civil.
- Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER: 01 aluno/ pedagogia.

De acordo com o exposto o acesso a este nível de ensino ainda é muito limitado aos quebrangulenses que tem o interesse de ingressar em instituições de ensino superior que ofertam cursos como medicina, veterinária, arquitetura, entre outros, que só existem na Capital, Arapiraca, Viçosa e outras cidades mais distantes.

Para oportunizar ainda mais este acesso em 2013 o município cede aos finais de semana uma escola que funciona como extensão da Universidade Feras de Arapiraca que em parceria com o Instituto de Ensino Teológico - IET, oferta o curso de pedagogia a 28 alunos que compõem a primeira turma de nível superior que cursam está modalidade no município.

1.2.3- FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do nosso Município, Estado e País,

uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

A meta 15 do Plano Nacional de Educação pretende garantir, em regime de colaboração, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

no	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
007	,7%	1	43,4%	3	,8%		3,1%	7
008	%	0	36%	4	,7%		9,3%	9
009	%	0	40,9%	3	,2%		5,8%	6
010	%	0	37,3%	3	,7%	1	4,9%	8
011	%	0	34,9%	1	1,6%	7	3,4%	8
012	%	0	25,8%	9	5,2%	3	8,9%	9
013	%	0	22,7%	5	4,3%	2	3%	7

FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Percebe-se, através da tabela 3 apresentada, que os professores que atuam na Educação Básica no município de Quebrangulo, em sua grande maioria, têm curso superior com licenciatura, mesmo assim os índices ainda estão distantes da expectativa nacional.

assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

TABELA 03: PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ESCOLARIDADE

TABELA 4-PORCENTAGEM DE PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA EM QUE ATUAM

no	i	Tota	Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
009	00%	21	6,1%	24	4,4%	3 6	1,4%	
010	00%	49	1,7%	2	1,5%	3 7	1,3%	
011	00%	10	8,1%	01	8,1%	4 01	16,2 %	4
012	00%	75	7,7%	01	7,7%	5 01	19,4 %	4
013	00%	00	4%	48	0,5%	7 41	17,5 %	5

Fonte: Mec/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Há um percentual significativo de professores contratados, atuando na

no	Tota l	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua

Rede de Ensino, sem possuir formação especifica

TABELA 5-PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA EM QUE ATUAM

no	T otal	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua
009	00%	0 0%	4 5 %	0% 0
010	00%	4 9,2%	9 1 6,7%	4,2% 1
011	00%	3 5,8%	5 6 0,6% 0	39,4% 1 3
012	00%	7 0,4%	9 5 5,6% 5	40,7% 1 1
013	00%	2 8,8%	2 5 3,1% 7	28,1% 9

FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSOESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Mesmo com amparo legal e políticas públicas voltadas a formação inicial, Quebrangulo ainda não atingiu a totalidade de docentes com curso superior completo. Fatores como a rotatividade de professores, dificultam a criação de vínculos entre a escola e o professor, com prejuízo significativo do trabalho pedagógico.

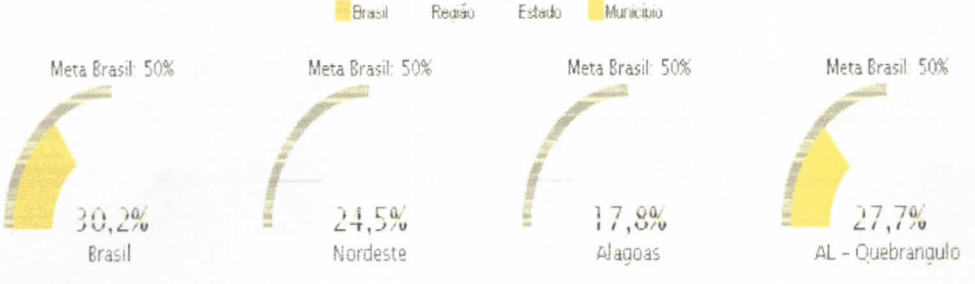
Os preceitos reguladores para o estabelecimento de uma política pública de formação inicial e continuada, e de valorização dos profissionais dos trabalhadores da educação, devem observar, obrigatoriamente, todas as disposições legais vigentes.

A melhoria da qualidade do ensino é indispensável para assegurar à população o acesso pleno à cidadania e à inserção nas atividades produtivas. Esse compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização destes trabalhadores, pois os docentes, os agentes operacionais e técnicos exercem um papel decisivo no processo educacional.

Para garantir e oferecer uma educação de qualidade, bem como desenvolver um processo pedagógico consistente e exequível, é indispensável adotar uma política de gestão voltada à formação continuada e de valorização dos profissionais da educação.

A formação continuada do magistério é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e tem como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca do aperfeiçoamento técnico, ético e político.

GRÁFICO - 19 PRECENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Verifica-se, no gráfico 19, que o percentual de professores com pós-graduação ainda está distante da meta. Fatores como baixo poder aquisitivo do professor e pouca oferta de cursos e universidades no interior têm contribuído para esses indicadores.

A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas existentes.

A implementação de novos programas de pós-graduação, em parceria com as universidades, deve garantir a viabilidade técnica de políticas de gestão de valorização dos profissionais da educação. Essas ações deverão ser contempladas no Plano de Carreira e Remuneração, no Estatuto do Magistério e em Programas de Formação continuada.

A valorização do magistério implica numa formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem. Salário condigno, competitivo no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação, e um processo de educação continuada, que permita ao professor e aos demais servidores o crescimento constante, dentro de uma visão crítica na perspectiva de um novo humanismo.

É imprescindível implantar procedimentos de avaliação institucional, que contemplem a execução do programa de avaliação de desempenho dos profissionais da educação, de forma sistemática e contínua, como condição de melhoria da qualidade de ensino e como aperfeiçoamento profissional.

A estratégia 15.9 do Plano Nacional de Educação vem fortalecer a importância de implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa de atuação docente, em efetivo exercício.

Além do curso superior, a Meta 16 também está relacionada a formação de professores, já que estabelece formar em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste plano e garantir a todos (as) os (as)

profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

É perceptível o aumento de professores com pós-graduação atuantes na Educação Básica no município de Quebrangulo. A meta do Plano Nacional é que 50% dos profissionais tenham pós-graduação, mas no Município este número chega a apenas 27,4%, de acordo com o Censo Escolar de 2013.

TABELA 6: TIPO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Ano	Especialização		Mestrado	Doutorado
2007	13,2%	20	0%	0%
2008	17,6%	27	0%	0%
2009	17,1%	27	0%	0%
2010	13,7%	20	0%	0%
2011	13,2%	20	0%	0%
2012	13,1%	21	0%	0%
2013	27,4%	45	0,6%	0%

FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Se o número de professores pós-graduados ainda não é bastante expressivo, o número de mestres e doutores na área da educação é quase inexistente. Não existem políticas de incentivo para que o professor tenha a possibilidade de cursar mestrado, principalmente, no interior do estado.

Na última década, as políticas educacionais, com destaque para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tem provocado a responsabilização dos professores pelos resultados educacionais e as políticas de valorização profissional, tais como o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) e Piso Salarial Profissional Nacional(Lei nº 11.738/2008) não tem se efetivado a nível nacional, o que tem provocado entraves no que concernem as condições de trabalho, carreira, remuneração e formação.

TABELA 7 - PORCENTAGEM DE PROFESSORES POR QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS EM QUE TRABALHAM REDE PÚBLICA / MUNICIPAL

Ano	1 estabelecimento		2 estabelecimentos		3 ou mais estabelecimentos
2007	75,4%	98	22,3%	9	2,3%
2008	78%	99	21,3%	7	0,8%
2009	76,9%	103	20,9%		2,2%
2010	84,2%	112	15%		0,8%
2011	79,7%	110	18,8%		1,4%
2012	81,5%	119	17,1%		1,4%
2013	85,1%	131	14,9%	3	0%

FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

REDE PÚBLICA / ESTADUAL

Ano	1 estabelecimento		2 estabelecimentos		3 ou mais estabelecimentos	
2007	48,7%	19	46,2%	18	5,1%	2
2008	64,1%	25	35,9%	14	0%	0
2009	60,5%	23	36,8%	14	2,6%	1
2010	56,5%	13	43,5%	10	0%	0
2011	56,5%	13	43,5%	10	0%	0
2012	63,6%	14	36,4%	8	0%	0
2013	40,9%	9	59,1%	13	0%	0

FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Em virtude dos baixos salários, muitos professores trabalham em mais de um Estabelecimento de Ensino. Isso dificulta a formação continuada, uma vez que esses profissionais não dispõem de tempo para a formação e planejamento ou se apresentam bastante cansados.A questão financeira continua sendo a grande barreira para que os professores trabalhem da forma como gostariam.

TABELA 8 - PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO REDE PÚBLICA

no	Total		Municipal		Estadual		Federal
011	0,2%	06	2,5%	00	9,6%	6	0
012	3,1%	01	4,4%	4	8,2%	5	0
013	5,2%	07	7,5%	04	8,2%	5	0

FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

No município de Quebrangulo os Profissionais efetivos que atuam-nas redes estadual e municipal têm Plano de cargos, Carreira e Remuneração, nos quais são assegurados mecanismos de progressão horizontal e vertical, cumprindo as disposições da Lei nº 11.738/2008, no que se refere ao Piso Salarial e a Jornada de Trabalho. No entanto, nas redes municipal e estadual ainda se observam muitos profissionais contratados temporariamente, por vezes com formação inadequada, interferindo nos resultados observados.

1.2.4GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão da educação, sob uma orientação democrática, implica na participação das pessoas nos processos decisórios com vistas à construção e o exercício da autonomia.

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9694/96), em seu Art. 14, estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino

público na educação básica, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação e a participação das comunidades escolares e locais.

Para qualificar a gestão democrática, no contexto educacional da Educação Básica, são necessários o fortalecimento e a participação de todos os segmentos de instâncias colegiadas. A ação responsável e integrada dos segmentos educacionais favorece a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, contribuindo para o respeito às diversidades, formando novas lideranças e democratizando as instituições.

Em Quebrangulo, conforme se verifica nas tabelas 11,12 e 13 as escolas da rede municipal e da rede estadual já têm os Conselhos Escolares participando das ações e decisões nas Escolas e Centros de Educação Infantil. O município conta com alguns mecanismos de participação popular e inclusão social que contribuem para uma gestão mais democrática, aproximando as relações entre o poder público e a sociedade civil. São fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, como: Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico das Escolas, Conselhos municipais de educação com Câmara de Educação Básica e Câmara do FUNDEB, conselhos escolares e da alimentação escolar, conselhos de controle social, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

TABELA 9: EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS MUNICÍPIOS

no	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
011	Sim	Sim	Sim	Não

FONTE: IBGE/PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (MUNIC) / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

TABELA 10: EXISTÊNCIA DE CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2006	Não	
2009	Sim	Sim
2011	Sim	Sim

FONTE: IBGE/PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (MUN.) - 2006, 2009, 2011 / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

TABELA 11: CARÁTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
2009	Sim	Sim	Não	Sim
2011	Sim	Sim	Não	Sim

FONTE: IBGE/PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (MUN.) - 2006, 2009, 2011 / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Outro aspecto importante da gestão democrática está relacionado ao provimento do cargo de diretor. Em Quebrangulo, a escolha de diretor das redes municipal e estadual é feita através de eleição direta, valorizando a participação da comunidade escolar nos processos de